

REVISTA DE SEGUROS

• TECNOLOGIAS DIGITAIS
ELEVAM PRODUTIVIDADE E
EFICIÊNCIA NO CAMPO

• LEGISLAÇÃO FACILITA OFERTA
DE NOVOS PRODUTOS A
CONSUMIDORES DE SEGUROS

• OS PASSOS ACELERADOS
EXIGIDOS PARA ATUALIZAR
O SANEAMENTO BÁSICO

LIÇÕES E LEGADOS DOS REFUGIADOS DO CLIMA



Inscrições abertas

Graduação ENS

2022.2

- *Recursos Humanos*
- *Marketing*
- *Processos Gerenciais*
- *Finanças*
- *Riscos Logísticos*
- *Gestão de Seguros*

Alta taxa de
empregabilidade

Diploma em até
2 ANOS

BOLSAS DE
ESTUDO
COM ATÉ
40%
DESCONTO

Inscreva-se já!

graduacao.ens.edu.br

0800 025 3322



Aulas com a qualidade da PUC-Rio nos cursos de Marketing, Recursos Humanos, Processos Gerenciais e Finanças.



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.

ens

06

ENTREVISTA

Marcio Coriolano despede-se do posto de presidente da CNseg, que ocupou por seis anos, e faz um balanço da sua gestão nesta entrevista que contou com a participação especial de sete jornalistas.



28

LANÇAMENTOS 2022

Inseridas no novo marco regulatório, medidas aprovadas em 2021 beneficiam o consumidor ao incentivar a competição e a inovação e estimular produtos mais simples, diversificados e acessíveis.

12

SUCESSÃO NA CNSEG

Sob o comando de Roberto Santos e Dyogo Oliveira, CNseg vai focar na modernização contínua do setor e na inclusão do seguro em políticas públicas. Objetivo é dar mais visibilidade ao setor.



20

INFLAÇÃO VERDE

Medidas de combate às mudanças climáticas e de mitigação das emissões de carbono ganham força nos governos e têm gerado um novo tipo de inflação que atinge vários setores.

32

AGRONEGÓCIO 4.0

Uso crescente de tecnologia no meio rural tem contribuído para aumentar e melhorar a produtividade da agropecuária brasileira e impulsionar o Seguro Rural, que cresceu 40% em 2021.



16

REFUGIADOS DO CLIMA

O agravamento dos problemas socioeconômicos é uma das principais consequências do aquecimento global, que vem impondo migrações e prejuízos em diversos setores econômicos.

24

SANEAMENTO BÁSICO

O Brasil precisa investir R\$ 26,5 bilhões por ano para alcançar as metas do Pransab em 2033: 99% de abastecimento de água, 92% de coleta de esgoto e 93% de tratamento do esgoto coletado.

36

RESPONSABILIDADE CIVIL

Seguradoras têm prazo de 180 dias para implementar as mudanças de regras nos seguros de RC, que deverão ganhar novo impulso. Os impactos deverão ser sentidos a partir de abril.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Ivan Luiz Gontijo Junior e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Camila de Freitas Aichinger, Edson Luis Franco, Eduard Folch Rue, Eduardo Stefanello Dal Ri, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Nilton Molina, Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Patricia Chacon Jimenez, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Véículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Chico Santos, Fernanda Thurler, Jorge Clapp, Mário Moreira e Michel Alecrim

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google e divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus, essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça a Conjuntura CNseg

Análise mensal que
avalia aspectos
econômicos, políticos,
sociais que podem
influenciar o Setor
Segurador Brasileiro.



Acesse, leia e faça download
de todas as edições.

cnseg.org.br



RESPOSTAS ASSERTIVAS E TRANSFORMADORAS PERPASSAM A ATIVIDADE DE SEGUROS NA ERA DAS INCERTEZAS

Um convite à vida e uma profunda reflexão sobre a emergência climática estão presentes nas páginas desta nova edição da Revista de Seguros (nº 920). A começar pela matéria de capa, “Refugiados do Clima”, que descreve dramas na vida das pessoas que deixam para trás histórias, esperanças e sonhos, ora arrastados pelo avanço do nível do mar nas cidades litorâneas, ora alcançados por enxurradas ou secas prolongadas.

Apacata Atafona, em São João da Barra, no norte fluminense, já é um miniretrato do que está em jogo no plano global. Lá, mais de 500 casas já foram destruídas pelo avanço das águas do mar. Os extremos climáticos poderão arrastar 3,3 bilhões de pessoas para uma jornada de infortúnios nas próximas décadas, ou seja, cerca de 40% da população mundial, pelas contas do novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, agravando problemas sociais com os prováveis movimentos migratórios.

As respostas para mitigar os efeitos do aquecimento são conhecidas, mas o preço a pagar é desafiador para algumas atividades econômicas. As medidas mitigatórias são responsáveis pela chamada inflação verde, tema de outra reportagem, e

impactam atividades como as relacionadas a energia, indústria automotiva, setor bancário, entre outras. É um mal a ser suportado por todos, já que, do contrário, as catástrofes serão cada vez mais onerosas e, em algum momento, insuportáveis.

Nessa linha tênue, a esperança vem de todos os lados. Em particular, chama a atenção o número de projetos de saneamento básico. O desafio gigantesco de respostas assertivas remete à promulgação da Lei nº 14.026, estabelecendo o novo marco regulatório do saneamento básico.

A lei de 2020 representa um ponto de inflexão contra um aspecto básico da saúde pública tratado com descaso secular. Após o marco regulatório, já se contam 880 projetos de saneamento básico em andamento — 468 de água e esgotos e 412 de manejo de resíduos sólidos, atualmente, em sua grande maioria, lançados nos famosos lixões que mancham a paisagem da maioria dos municípios brasileiros. Essas ações são relatadas na reportagem sobre saneamento público.

Na parte dedicada aos temas do setor de seguros, na condição de entrevistado, faço um balanço de minhas duas gestões à frente da CNseg, relatando desafios, realizações e legados; as transformações ocorridas no mercado nesse período; a adaptação do setor aos mo-

vimentos adversos da economia e da política; o protagonismo do seguro nas questões ASG; os efeitos colaterais da pandemia e da jornada digital da atividade, entre outros tópicos.

Agradeço ao grupo de sete jornalistas que participou da sabatina que permitirá aos leitores conhecer os bastidores da CNseg e a dedicação de seus dirigentes e do quadro de colaboradores. E antever o ciclo de renovação que se inicia com minha despedida do cargo no fim de abril. Daí porque uma segunda reportagem apresenta os novos guardiões da CNseg — Roberto Santos, presidente do Conselho Diretor da CNseg; e Dyogo Oliveira, diretor presidente da CNseg —, suas propostas e as atribuições para os cargos estratégicos de representação institucional do setor segurador.

Outros temas relevantes tratam da perspectiva de diversos ramos e modalidades de seguros a partir de novos normativos. Os avanços incluem não só a linha de Responsabilidade Civil (RC), mas outras modalidades de danos e de benefícios. Confira as mudanças que começam a ser materializadas e favorecem diretamente os consumidores.

Boa leitura!

“A JORNADA NO MUNDO DIGITAL É DEFINITIVA PARA O SETOR”

Seis anos depois de assumir o cargo de presidente da CNseg, Marcio Coriolano despede-se do posto e faz um balanço do período que esteve à frente da Confederação em uma entrevista histórica a um grupo de sete jornalistas especializados em seguros. Coriolano avalia alguns dos temas que dominaram a agenda da sua gestão — única em episódios extraordinários, como a pandemia, a guinada de ciclos econômicos, o vaivém na política monetária, o avanço da transição digital do setor e a atualização do marco regulatório. O futuro do setor é também comentado pelo economista.

Um dos legados de sua gestão são as “estatísticas”. Agora podemos consultar um banco de dados riquíssimo no portal da CNseg. Quais foram os desafios para sua implementação?

Muitas estatísticas já eram coletadas e tratadas pela CNseg, mas a maioria não era divulgada

para o público. A criação do CEM, o Comitê de Estudos de Mercado, partiu da premissa de que estatísticas são uma ferramenta importante, que deve ser ampliada, porém, deve ser encarada apenas como um meio para a análise setorial. Somente análises qualificadas podem diagnosticar situações, provocar o debate e fazer surgir propostas que interessem ao mercado de seguros. Foi, então, que reestruturamos a área responsável pelas análises estatísticas e econômicas, uma Superintendência da estrutura técnica da Confederação. Em consequência, o portal ganhou um elenco maior de estatísticas e, principalmente, de análises. A CNseg é hoje uma referência em análise de dados sobre o setor, com um trabalho sistemático visível por meio de diversas iniciativas adotadas nos últimos anos, a última, a publicação do ranking das empresas do setor. Destaco as edições da Conjuntura CNseg, que é a “âncora” de uma série de dados e análises, que vão do desempenho do setor, passando pela sua articulação

com os movimentos da economia e da sociedade, até análises e artigos sobre as várias dimensões dos seguros. O ponto importante disso tudo é sua utilidade prática, seja para o posicionamento de mercado das associadas, seja para formar opinião sobre o ambiente econômico e setorial como subsídios para o Executivo, Legislativo e Judiciário, seja para proposições objetivas sobre vários temas regulatórios, passados e em curso.

O aumento da base de consumidores do mercado de seguros é um desafio para o setor desde sempre. Agora, com problemas econômicos e sociais ainda mais evidentes, o que o setor pode fazer para criar produtos com apelo social ou de microsseguros?

A inclusão de novos consumidores é corrida sem linha de chegada não só para o mercado brasileiro de seguros. Em todo o mundo, as seguradoras estudam caminhos para aumentar o ní-



vel de penetração dos seguros, que não depende apenas da renda, mas também da relação direta com a rede e os canais de distribuição dos seguros para todos os estratos sociais. E ações educativas são usadas em vários países para reduzir o *gap* de conhecimento, como, no Brasil, o Programa de Educação em Seguros da CNseg. Agora, indo diretamente à sua questão, com mais restrições econômicas, a flexibilização da construção de planos de seguros, facilitada pela recente desregulamentação da Susep para os ramos de danos e responsabilidades, deverá ser uma solução para as camadas de renda mais baixa. E também o microsseguro, que até há pouco era regulamentado para ser um degrau de seguros mais amplos, foi reestruturado para se tornar uma plataforma. Então, também com essa nova regulamentação da Susep, as companhias já dispõem de uma referência para seguros, que atendam especificamente àqueles que não têm renda para acessar a maioria dos atuais seguros oferecidos.

Uma rápida pesquisa na internet evidencia sua obstinada intenção de “pensar o seguro” no Brasil por meio de vários eventos. Que previsão faz para o futuro desse segmento?

As transformações ocorridas nos últimos anos demonstram a importância crescente dos seguros aos olhos de todos, e a capacidade de adaptação do setor aos movimentos adversos da economia e da política. Mas, tal como ocorreu no sistema financeiro, era preciso ampliar as informações e as oportunidades para o melhor julgamento do Governo e da população. Sair das páginas restritas das colunas de defesa do consumidor para as páginas econômicas e sociais das mídias. Foi por isso que resolvemos ser porta-vozes permanentes dos vários benefícios dos seguros, seja para a população, seja para a formação de poupança nacional e da proteção em escala ampliada que desonere o Estado, ainda mais com as restrições fiscais que todos conhe-

“As transformações ocorridas nos últimos anos demonstram a importância crescente dos seguros aos olhos de todos, e a capacidade de adaptação do setor aos movimentos adversos da economia e da política.”



“A inflação alta é uma variável negativa para o setor porque reduz a renda das famílias e sua disponibilidade de recursos para a compra de proteção, ainda mais em um quadro de desemprego na casa de dois dígitos.”

ceiros. E isso só se faz com permanente debate e exposição nas mídias sociais, em eventos como webinars e outras ferramentas atualmente disponíveis para alcançar mais pessoas. É preciso persistência. Não há bala de prata na comunicação ou no envolvimento da sociedade “de uma vez por todas”. A pandemia mostrou que aquela visão de um consumidor hipossuficiente já foi superada. Ele não só está mais consciente, como muito ativo buscando proteção. A questão está mais na persistência em levar mais informações para que ele tenha condições de fazer as melhores escolhas, e na interlocução com os poderes constituídos para que percebam a importância dos seguros e suas limitações técnicas. Outro objetivo deve ser chegar à proteção da população ainda sem acesso pela via de produtos e serviços flexíveis e, por consequência, mais baratos. Se formos bem-sucedidos nessas linhas, o futuro será de expansão do setor.

Qual o impacto, no seguro, da inflação crescente e da queda de renda da

população? O mercado está blindado a possíveis desdobramentos econômicos, em virtude, inclusive, da guerra no Leste Europeu? Quais serão os principais desafios para os próximos anos?

A inflação alta é uma variável negativa para o setor porque reduz a renda das famílias e sua disponibilidade de recursos para a compra de proteção, ainda mais em um quadro de desemprego na casa de dois dígitos. Já vimos esse filme antes. No momento, há um cenário de inflação alta e persistente no País, o que tem relação com a inflação global e reflete também o rompimento de várias cadeias produtivas, provocado pelas consequências da invasão da Ucrânia e seus impactos nos preços de energia e alimentos. A duração desse conflito gera repercussões na cadeia global de suprimentos e, quanto mais longa, maiores os efeitos econômicos. Em contrapartida, os preços das commodities, elevados, em razão do conflito, favorecem o Brasil. Pelo lado da demanda da população brasileira, inflação elevada corrói

renda, e juros altos encarecem crédito. O manejo de tudo isso fará toda a diferença doravante. E ocorre que, diferentemente de outros períodos de inflação alta, hoje temos instrumentos de política monetária mais aceitos por todos, melhor equacionamento da dívida pública e, mais importante, um setor solvente, capitalizado, maduro e competitivo. Isso fará toda a diferença para a superação dos cenários de taxas de inflação e de juros mais altos. E insisto nas melhores condições do mercado de seguros para oferecer planos mais flexíveis para todos, especialmente nas condições econômicas previstas para os próximos anos.

Qual sua visão sobre a ampliação do debate sobre os aspectos ASG no mercado de seguros?

Esse primeiro movimento voluntário do setor preparou o terreno e abriu precedentes para que ações mais concretas relacionadas ao desenvolvimento sustentável pudessem ser materializadas em seguros no Brasil nos anos seguintes.



O nível de maturidade com o qual as empresas tratam e desenvolvem ações sobre o tema ainda é, contudo, diferente. Segundo a última edição do Relatório de Sustentabilidade de 2020 da CNseg, cerca de 90% das empresas participantes afirmaram que já integram questões ASC em seus planejamentos estratégicos e 47% incluem critérios de sustentabilidade na gestão de investimentos e nos processos de subscrição de riscos. Apesar de muitas empresas contarem com políticas socioambientais consolidadas, ao criar regras gerais e definir elementos mínimos para todas supervisionadas, a Susep estabelece um parâmetro regulatório para que todas as seguradoras estejam na mesma página. O setor de seguros reconhece que a atuação do regulador é fundamental para construção de políticas que fomentem melhor a gestão de questões ASC.

O open insurance e o sandbox são considerados pelo Governo o salto de modernidade que faltava ao mercado de

seguros. O que esperar desses dois processos? Que impactos exercerão no mercado brasileiro até dezembro? O cronograma é viável ou há risco de não ser cumprido?

No caso do *open insurance*, ainda que seu propósito seja aumentar a inclusão securitária e a competitividade, o caminho escolhido precisa ser aperfeiçoado. Grande parte da população brasileira ainda não tem recursos digitais, além do uso de aparelhos celulares. A implementação acelerada, por parte do Governo, o escopo extensivo de ramos e produtos e a incerteza que pende sobre a definição do papel dos corretores na arquitetura do *open insurance* não rimam com o melhor custo/benefício dessa empreitada. A CNseg tem buscado colaborar muito para que a implantação seja cautelosa e progressiva, até para que o sistema de seguros privados possa ir medindo os benefícios para todos. Sobre o *sandbox*, está ficando comprovado que é uma boa iniciativa, embora as limitações de acesso digital de grande parte da população e a forte capitalização necessária ao

ingresso no sistema de seguros estejam levando as *sandboxes* a um espaço de colaboração com as empresas incumbentes, mais do que competição.

Como o senhor analisa a guinada digital da economia, o impacto dela no seguro e como antevê os próximos capítulos dessa jornada para a indústria de seguros?

A jornada no mundo digital é definitiva, sem ponto de chegada para a expansão do setor. A certeza é de que os inúmeros recursos digitais, a partir da consolidação do 5G, serão mais demandados e permitirão a massificação de serviços inovadores. Mas há uma publicação da PwC, chamada “O abismo digital no Brasil”, mostrando que apenas 1/3 da população brasileira pode ser considerada plenamente conectada. E os outros cidadãos ficam sem conexão quase metade dos meses. O cenário para aqueles com melhor acesso é de indústrias operadas à distância, cirurgias remotas, cidades inteligentes, drones e robôs com uso ampliado, sobretudo, no agronegócio.

“A jornada no mundo digital é definitiva, sem ponto de chegada para a expansão do setor. A certeza é de que os recursos digitais, a partir do 5G, serão mais demandados e permitirão a massificação de serviços inovadores.”



Esses impactos sociais e econômicos, com o progresso da inclusão social, serão imensuráveis para pessoas, empresas e governos. Em termos operacionais, a digitalização, a partir do maior volume de informações e dados confiáveis, reduzirá os riscos e a subjetividade dos processos, a partir da definição de parâmetros numéricos.

Na Presidência da CNseg, o senhor enfrentou o que, possivelmente, entrará para a história com o maior desafio do mundo contemporâneo: a pandemia. Qual é o legado dessa crise sanitária para a área de seguros?

A pandemia despertou em todos o sentimento de finitude e de maior aversão a riscos e, como legado, a necessidade de proteger melhor as pessoas amadas, famílias, negócios e futuro. Essa percepção abriu oportunidades para a expansão

dos seguros e também para a cobertura de novos riscos emergentes contra os patrimônios, como o risco cibernético; a saúde, como as pandemias e as mudanças da carga de doenças; e as pessoas, como o impacto da pandemia no emprego, demandando a formação de pecúlios e rendas flexíveis para a formação de poupança que suporte inatividades. Isso parece explicar parte do avanço muito significativo ocorrido de 2020 para cá, ainda que em um quadro macroeconômico bastante complexo. O segmento de vida e previdência avançou 11,5% em 2021, comparado ao exercício de 2020, gerando mais de R\$ 192,3 bilhões. O mercado, ao mesmo tempo, mudou a chave para o digital com enorme celeridade, superando obstáculos impostos a outras atividades com as restrições à mobilidade de pessoas ou funcionamento de empresas. Temos pela frente desafios tecnológicos importantes, consumi-



“A pandemia despertou o sentimento de finitude e de maior aversão a riscos e, como legado, a necessidade de proteger pessoas, famílias, negócios e futuro. Essa percepção abriu oportunidades para a expansão dos seguros.”

dores mais conscientes sobre a importância do seguro, avessos a riscos, mas com menos recursos para a compra de proteção, o que exigirá um redesenho dos produtos para ampliar a incursão do mercado nas diversas camadas da população.

O setor de seguros está entre os principais investidores institucionais do País. As reservas do mercado já ultrapassaram R\$ 1 trilhão. Diante do atual cenário macroeconômico, é possível haver um movimento do setor, alinhado com o Governo, para direcionar parte desses recursos a projetos de infraestrutura, desde que assegurado o devido retorno? Se for viável, como essa ação poderia ser efetivada?

Já temos no mundo exemplos de que projetos de infraestrutura financiados com reservas de seguradoras mostram-se viáveis. O Chile, por

exemplo, desde os anos 80, criou um modelo que atraiu investidores institucionais. Muitos especialistas estão de acordo que seguradoras e fundos de pensão podem ser atores importantes para reduzir gargalos na infraestrutura, baixar o custo de capital com o uso de parte de suas reservas, sobretudo, nos ramos e modalidades que exigem a formação de provisões de longo prazo, como as de previdência, vida e saúde. É também um caminho de diversificação dos investimentos e de ganhos que podem superar as aplicações financeiras tradicionais. A recente edição da Medida Provisória nº 1.103, que criou o mercado de securitização no sistema de seguros, vai exatamente nessa direção. Entretanto, é fundamental que a regulamentação que trate disso ofereça segurança jurídica, regras claras e estáveis, tendo em vista que as seguradoras têm obrigações futuras de médio e longo prazos com os segurados.

(*) Os jornalistas André Felipe de Lima, Denise Bueno, Eliane Lobato, Jorge Clapp, Kelly Lubiato, Sérgio Carvalho e William Antony foram convidados a participar da entrevista e formularam perguntas para Marcio Coriolano, ajudando a mensurar a importância de sua gestão como presidente da CNseg.

(*) A Revista de Seguros agradece a preciosa participação de cada um deles.

DOIS GESTORES E UMA META: DAR MAIS VISIBILIDADE AO SEGURO

Nova gestão da CNseg sob o comando de Roberto Santos e Dyogo Oliveira e busca modernização contínua do setor e a inclusão do seguro em políticas públicas

O tango é uma dança que exige dos dois dançarinos expressividade e harmonia dos passos marcados por um entrosamento indispensável para a beleza que procuram exteriorizar em todos os movimentos. É mais ou menos assim, como se imersos em uma complexa coreografia de um tango, que o executivo Roberto Santos e o economista Dyogo Oliveira assumem, respectivamente, a Presidência do Conselho Diretor e Presidência Executiva da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

Ter no comando de uma instituição dois líderes com competências complementares (privada e pública) é fato incomum no mercado, mas também é prova indelével de amadurecimento de um setor que, nas últimas décadas, busca incansavelmente a modernização e a inovação, afirmando-se indispensável em qualquer pauta econômica pública que se proponha no País.

Nesse quesito, encontra-se não somente um clamor de longa data da indústria securitária brasileira, mas também um dos principais desafios para o dueto de gestores Roberto Santos, há 42 anos no mercado de seguros, ex-presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, atual diretor-presidente da Porto e membro há quatro anos do Conselho de Gestão da CNseg; e Dyogo Oliveira, ex-ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Governo de Michel Temer e ex-presidente do BNDES e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Ambos esboçam sintonia logo no primeiro passo juntos ao concordarem que o seguro precisa ganhar mais visibilidade e ser definitivamente incorporado no dia a dia da população brasileira como uma de suas principais ferramentas de proteção.

“Foi uma decisão do Conselho de profissionalizar a gestão da CNseg com o objetivo de trazer uma percepção de modernização da indústria,

de inovação e de conexão dessa indústria com a atualidade da vida econômica e da vida social. A indústria de seguros está buscando se inserir dentro de uma sociedade moderna, dinâmica, digitalizada e tecnológica. Para isso, está profissionalizando também sua própria gestão representativa”, afirma Dyogo Oliveira.

Para ele, essa é uma mensagem importante a ser destacada por ser corajosa e inovadora. “Existem já representações de outras indústrias que avançaram nesse sentido, mas são muito poucas. A CNseg está sendo uma das pioneiras nesse caminho, e isso revela uma mudança importante de *mindset* (mentalidade) da indústria e dessa visão moderna de uma transição de gerações na indústria, tecnológica, de maior abertura da indústria com a chegada de novas empresas, com a chegada de novos modelos de negócios, com o crescimento de negócios no meio eletrônico”, analisa Oliveira.



“A indústria de seguros está buscando se inserir dentro de uma sociedade moderna, dinâmica, digitalizada e tecnológica. Para isso, está profissionalizando também sua própria gestão representativa.”

Dyogo Oliveira, CNseg

Os dois novos gestores pretendem fomentar ações de comunicação para disseminar ainda mais o caráter social latente no seguro. A indústria seguradora, como afirma o ex-ministro, presta um serviço social da mais alta relevância.

“Não é apenas uma indústria financeira, pelo contrário, é uma indústria que cuida das pessoas, que trata do ser humano, da família, das dificuldades ao longo da vida. E essa experiência de ter estado no Governo e em outros setores da economia privada também me permite compreender melhor quais são esses grandes problemas da sociedade e qual é a melhor maneira que a indústria de seguros pode colaborar para solucionar, ou pelo menos diminuir, a magnitude desses problemas”, diz Oliveira.

A nova gestão da CNseg será incansável para que o mercado segurador conquiste ainda mais visibilidade e, conseqüentemente, um reconhecimento maior da sociedade sobre a importân-

cia da instituição do seguro, aspecto consolidado em mercados mais desenvolvidos, como aponta Roberto Santos.

“No Brasil, não conseguimos ainda, apesar de tudo o que temos feito ao longo das últimas gestões na CNseg. Avançamos muito, mas ainda há uma estrada muito longa a ser percorrida para a sociedade dar o real valor à instituição do seguro, um dos pilares fundamentais da economia de um país. Precisamos trabalhar para que a sociedade perceba a importância do seguro para o mundo e o País”, afirma Santos.

● ● ● MAIS DIÁLOGO

A CNseg é uma das entidades mais ativas nas audiências públicas da Susep e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), formulando sugestões para o aperfeiçoamento e modernização dos normativos. Os dois gesto-

O mercado de seguros sempre foi muito resiliente. Sua natureza é resiliente. Costumo dizer o seguinte: quando a economia apresenta ondas de problemas, a onda atinge primeiro outros mercados.”

Roberto Santos, CNseg



res também pretendem fortalecer esse diálogo com os órgãos de supervisão e potencializar os efeitos dos normativos por meio de mais diálogo dos reguladores com a indústria.

“Isso é uma necessidade permanente e será sempre fortalecido”, frisa Oliveira, que pretende levar aos reguladores realidades e situações específicas do mercado, almejando uma regulação continuamente melhor, mais adequada e que atenda aos objetivos do próprio regulador e do setor.

“Enxergamos a CNseg e toda a indústria com objetivos muito semelhantes ao dos reguladores que são ter um mercado forte, sustentável, empresas saudáveis, qualidade dos produtos, atendimento ao cliente em bom nível de qualidade e um mercado competitivo, com práticas leais de concorrência”, diz Oliveira, acrescentando que essa interação é fundamen-

tal e que a CNseg continuará intensificando permanentemente essa interlocução. “ Outro ponto de extrema importância é o canal de comunicação com os corretores de seguro, em especial por meio da Fenacor, para que juntos consigamos fortalecer ainda mais a instituição do seguro”, destaca Santos.

Além disso, há necessidade de interlocução com outros níveis, com outras autoridades e com níveis de Governos Federal, Estadual e Municipal, que visam também à busca do desenvolvimento dessa indústria, do atendimento das necessidades da nossa sociedade e da implementação de boas políticas públicas. “É dessa interação que surgirão boas soluções tanto para indústria, quanto para nossa sociedade”, avalia Oliveira. E Roberto Santos completa: “Isso vai ajudar muito para, juntos, construirmos um mercado ainda mais forte.”



Também predomina na nova gestão o respeito a um legado deixado pelo antecessor Marcio Coriolano. Como destaca Roberto Santos, Coriolano, cujo comando à frente da CNseg foi iniciado em 2016, foi responsável por um diálogo renovador com os sindicatos regionais, que culminou em uma revisão do papel institucional deles no mercado.

“Marcio fez um trabalho brilhante, que foi a evolução do papel dos sindicatos patronais/regionais. Não existia uma homogeneidade entre os sindicatos. Os estatutos não eram padronizados, mas ele conseguiu tornar o papel dos sindicatos mais homogêneo, com estatuto único em todo o Brasil e uma proximidade maior deles com a própria CNseg, que hoje tem a oportunidade de usar mais os sindicatos como tentáculos regionais perante autoridades locais. Quero dar andamento a essa proximidade com

os sindicatos para que sejam postos avançados da CNseg nas regiões, nos estados. Esse é um ponto importante”, antecipa Santos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Dyogo Oliveira, há três exemplos de como o mercado de seguros pode ser estratégico para as políticas públicas, ser reconhecido como um aliado para atingir as metas estabelecidas pelos formuladores de políticas públicas. O primeiro deles corresponde à Saúde Suplementar, que custeou despesas de mais de R\$ 200 bilhões no ano passado com internações e procedimentos eletivos, mitigando assim pressões sobre o SUS.

O segundo exemplo parte do Seguro Rural, que pagou cerca de R\$ 6,7 bilhões em indenizações a produtores rurais, assegurando, portanto, a continuidade da atividade e o pagamento em dia de seus fornecedores. “Manteve-se a segurança alimentar”, enfatiza Oliveira. O terceiro exemplo está na área de infraestrutura, em que a atuação do seguro sempre tem se mostrado indispensável e firmemente presente em várias frentes, como em saneamento, energia, transportes e tecnologia.

Para Roberto Santos, os idealizadores das pautas públicas precisam internalizar de vez os vultosos números movimentados pela indústria de seguros. “As reservas administradas pelo mercado de seguros já demonstram a importância do setor para obter essa visibilidade. Tanto a inserção na política econômica, quanto a disseminação da cultura, que também tem a ver com comunicação, são pilares que convergem nessa questão do reconhecimento, da transparência e da visibilidade que a instituição do seguro tem que ter perante a sociedade”, ressalta Santos.

Embora reconhecidamente resiliente, o setor de seguros não está à margem da crise socioeconômica decorrente da pandemia que atingiu todos os países. Inflação crescente, queda de renda da população, baixo crescimento e a longa permanência da pandemia são fatores que minam o potencial de expansão do seguro. Todos esses desafios, entretanto, terão sempre a resiliência como esteio. “O mercado de seguros sempre foi muito resiliente. Sua natureza é

resiliente. Costumo dizer o seguinte: quando a economia apresenta ondas de problemas, a onda atinge primeiro outros mercados”, enfatiza Roberto Santos, que complementa:

“Somos privilegiados por atuar no mercado segurador uma indústria que vive de fornecer soluções de proteção. No fundo, vendemos proteção. Quanto maior a proximidade do risco, maior a sensação da necessidade de proteção. Por exemplo: o seguro de vida. Por conta da pandemia, sua demanda tem crescido na ordem de dois dígitos, algo nunca visto antes. Tudo porque as pessoas perceberam a proximidade do risco de morte.

A pandemia devastou sociedades e seus peculiares cenários econômicos. Em alguns casos, o que já era difícil tornou-se dramático. As projeções para os próximos anos não são, portanto, nem um pouco amenas. Exemplo disso parte de economistas brasileiros, sobretudo os do mercado financeiro, que projetam uma taxa de desemprego, hoje na casa dos 11,6%, em torno de dois dígitos até 2025.

Diante desse contexto, o freio no consumo torna-se preocupante e o impacto no crescimento de vários setores da economia parece irreversível. Mas o setor de seguros é um dos poucos a apresentar respostas rápidas a cenários adversos, como o vivenciado no Brasil e no mundo nos últimos anos e, sobretudo, a colaborar decisivamente para uma retomada econômica.

“O desenvolvimento do mercado de seguros é bastante interligado com o próprio crescimento da atividade econômica. O que a gente tem vivido nos últimos anos é um processo de baixo crescimento, mas, ainda assim, os seguros têm crescido, e um dos motivos para isso é a capacidade que o setor tem de oferecer produtos mais adequados à população e que protegem a renda das famílias. À medida que há avanço dos produtos, com tíquete mais baixo e mais adequado à necessidade da população, protegemos a renda e o patrimônio dessas pessoas e contribuimos para que a economia volte a se recuperar num ritmo mais rápido. O seguro é uma maneira de repor renda, de repor patrimônio e ajudar a economia a voltar a se recuperar em um ambiente desafiador como este em que vivemos hoje”, conclui Dyogo Oliveira.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS AGRAVAM PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS

Consequências do aquecimento global já são responsáveis por migrações e prejuízos em diversos setores econômicos, além de impactos sociais, como os da tragédia em Petrópolis

As temperaturas médias do planeta vêm aumentando, e os efeitos climáticos desse fenômeno já estão afetando a economia, agravando os problemas sociais e levando até a movimentos migratórios. Segundo o mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, 3,3 bilhões de pessoas estão vulneráveis, ou cerca de 40% da população mundial. O grau do aquecimento global e suas consequências dependem da adoção (ou não) de medidas que limitem a emissão de gases do efeito estufa, mas, como esses passos têm sido lentos, o mundo tende a caminhar para um cenário de secas mais intensas, elevação do nível dos oceanos e maior agressividade dos eventos meteorológicos de uma forma geral.

Segundo a professora da Coppe/UFRJ e secretária-executiva do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), Andréa Santos, é difícil calcular com precisão os efeitos

do aquecimento global para o Brasil, tendo em vista a histórica precariedade do País ao lidar com os eventos climáticos. Exemplos disso são o flagelo da seca no Nordeste e os estragos das chuvas de verão no Sudeste. Mas a recente tempestade que desabou sobre Petrópolis, na Região Serrana fluminense, no dia 15 de fevereiro, seria um retrato desse agravamento, tendo em vista o fato de o volume de água que caiu em três horas ter sido o equivalente ao previsto para o mês inteiro.

Tempestades de verão como aquela causam cada vez mais deslizamentos de encostas, o que provoca mortes e desabrigados. Os alagamentos também geram prejuízo para o comércio, serviços e turismo em todos os lugares em que ocorrem. Sem contar a interrupção do tráfego nas rodovias, quando o volume dos rios sobe além do normal, destruindo pistas ou pontes. O prejuízo para o poder público é imenso. Além dos custos com obras de reconstrução, o fechamento de estradas afeta a cadeia de logística e os suprimentos das empresas.

De acordo com Andréa Santos, essas são consequências já visíveis dos eventos extremos que o aquecimento global está trazendo por meio das chuvas. No entanto, as secas mais intensas, também responsáveis pela redução na produção de energia hidrelétrica, afetam o abastecimento de água das cidades e provocam impactos também graves na agricultura.

“O Acordo de Paris prevê reduzir as emissões de CO² e limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, mas infelizmente quase nada foi feito, e caminhamos para um cenário perigoso. Será preciso mais investimentos em medidas de mitigação e uma série de adaptações para enfrentar eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes”, explica Andréa.

Para ela, todo esse quadro também representa um desafio para o setor de seguros, que tem como missão proteger pessoas e atividades econômicas. Por isso, as empresas do setor terão que realizar estudos para analisar os riscos de eventos adversos.



“O Acordo de Paris prevê reduzir as emissões de CO² e limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, mas infelizmente quase nada foi feito, e caminhamos para um cenário perigoso.”

Andréa Santos, UFRJ/COPPE

● ● ● PREOCUPAÇÕES COM O BRASIL

O Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apontou várias preocupações com relação ao Brasil. Entre elas, estão o agravamento das secas na região Nordeste e maior aridez e número de queimadas no sul da Amazônia e no Centro-Oeste, além de mudança no regime das monções nessas regiões, com atraso nas chuvas torrenciais.

Joaquim Neto, presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, afirma que a entidade tem acompanhado atentamente a ocorrência desses fenômenos extremos no campo. O ano de 2021 foi marcado por eventos negativos, que afetaram severamente a safra de grãos. O inverno no Sul foi marcado pela seca, e a colheita no verão, tanto nessa região quanto no Centro-Oeste, foi drasticamente prejudicada por chuvas fortes e de granizo.

“O Seguro Rural, que cresceu 40% no ano passado, foi impactado por uma série de oscilações do clima por conta do La Niña, como geadas intensas

e períodos de seca severa. As perdas por eventos climáticos estimulam os produtores a buscarem proteção do seguro”, afirma Joaquim Neto.

Agricultores mais desprotegidos e sem acesso ao seguro, não só no Brasil como no mundo todo, tendem a sofrer mais os efeitos do clima. Em muitos casos, podem até deixar suas terras por falta de condições de sustento. Segundo Neto, “por conta das perdas agrícolas que o clima tem ocasionado, muitos produtores devem buscar o seguro agrícola para se garantir.”

● ● ● AUMENTO DO NÍVEL DO MAR

Segundo relatório “Groundswell” do Banco Mundial (Bird), 216 milhões de pessoas em seis regiões do mundo, incluindo a América Latina, correm o risco de emigrarem de seus países até 2050, em virtude da crise climática. Além de secas, chuvas e maior intensidade de tufões e ciclones, as pessoas terão que se mudar devido à elevação do nível do mar, como já acontece, por



“O Seguro Rural foi impactado por uma série de oscilações do clima por conta do La Niña, como geadas intensas e períodos de seca severa. As perdas por eventos climáticos estimulam os produtores a buscarem proteção do seguro.”

Joaquim Neto, FenSeg

exemplo, em Atafona, em São João da Barra, no Norte Fluminense. Na localidade, mais de 500 casas já foram destruídas pelo fenômeno.

O banco já destinou US\$ 26 bilhões em financiamentos voltados para a mitigação das mudanças climáticas nos últimos anos, com ênfase nos países pobres e em desenvolvimento. Recentemente, o Bird firmou uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de estabelecer um intercâmbio de experiências e informações. A partir dessa cooperação, será estruturada uma agenda conjunta relacionada ao clima, ao mercado de carbono e à biodiversidade no Brasil.

Nessa primeira fase da cooperação, serão estudados possíveis produtos e soluções financeiras para apoiar projetos que mitiguem os efeitos desses problemas, por meio da análise das ferramen-

tas de medição de risco e de impacto com relação a esses aspectos. Experiências já bem-sucedidas implementadas pelo Banco Mundial em outros países, bem como a atuação do BNDES no Brasil na agenda de clima e biodiversidade, serão levadas em conta. Estão em pauta as normas editadas recentemente pelo Banco Central do Brasil, que tratam dos riscos socioambientais e climáticos para o Sistema Financeiro Nacional.

“As mudanças climáticas trazem consequências para a sociedade, como o aumento de eventos extremos, tanto em frequência quanto em intensidade, que vem sendo documentado há vários anos e impactando a economia”, diz o diretor de Crédito Produtivo e Socioambiental do BNDES, Bruno Aranha, citando o relatório da Swiss RE, que aponta perdas econômicas globais derivadas de eventos naturais em 2020 da ordem de US\$ 190 bilhões, com apenas US\$ 89 bilhões segurados.

Ele ressalta que os impactos econômicos no setor agrícola geram quebras de safra e vêm ocorrendo com maior frequência. “A disponibilidade hídrica também vem sofrendo nos últimos anos, basta recordar a crise hídrica no Estado de São Paulo em 2014 e o que aconteceu em 2021, com o acionamento de usinas termelétricas para evitar a necessidade de racionamento. Isso apenas para citar dois exemplos”, afirma Aranha.



IMPACTO NA INFRAESTRUTURA

O banco também acompanha o impacto das mudanças climáticas sobre diversas infraestruturas. À medida que as temperaturas venham a se elevar ainda mais no futuro, adaptações em ativos serão necessárias. Mudança em padrões de precipitação e temperatura podem levar à alteração da dinâmica de culturas agrícolas, inviabilizando estruturas de escoamento de produção ou demandando novas, não previstas.

Para Aranha, do ponto de vista de impactos sociais, a recente tragédia ocorrida em Petrópolis pode ilustrar bem essa situação. Primeiro, pelas perdas irreparáveis de vidas; segundo, pelos impactos sobre a rotina na localidade, que passa a conviver com uma situação de incerteza em relação ao que pode acontecer no futuro.

“As medidas tomadas serão suficientes para evitar novas tragédias? Situações como essa, que



“As mudanças climáticas trazem consequências para a sociedade, como o aumento de eventos extremos, tanto em frequência quanto em intensidade, que vêm sendo documentado há vários anos e impactando a economia.”

Bruno Aranha, BNDES

ocorriam uma vez a cada dezena de anos, vão se tornar cada vez mais recorrentes. É necessário destinar recursos para adaptação de ativos e também para melhorar a capacidade de resposta de estados e municípios”, afirma.

O Sistema BNDES já dispõe de um conjunto de instrumentos que colocam em prática diretrizes de sua Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental. Entre eles, os financeiros de apoio para que as empresas melhorem seu desempenho ASG (sigla para Ambiental, Social e de Governança).

O Banco também oferece condições financeiras mais atrativas, com taxas menores e prazos maiores, para investimentos em setores que influenciam positivamente o meio ambiente e aspectos sociais, tais como os de saneamento e energias renováveis, entre outros instrumentos.



INICIATIVAS ESTIMULAM MERCADOS DE CRÉDITO DE CARBONO

A cooperação com o Banco Mundial também será responsável pela organização de *workshops* para estimular o desenvolvimento dos mercados regulado e voluntário de crédito de carbono. São negociações voltadas para a redução da emissão de CO² na atmosfera que podem obter recursos por parte de poluidores que precisam mitigar os danos causados ao meio ambiente, reduzindo assim os fatores que contribuem para o efeito estufa.

O BNDES pretende neste ano iniciar o fomento à demanda do mercado voluntário de carbono brasileiro por meio de aquisição expressiva de créditos de carbono, o que contará também com a atração de outros compradores no mercado.

Bruno Aranha entende que a marca BNDES possa ampliar a consciência de responsabilidade ambiental em carbono no setor privado brasileiro e iniciar um ciclo de robusta e perene sinalização de demanda. Segundo ele, o projeto conta com parcerias de iniciativas de mercado organizado, visando desenvolver mecanismos de compra e venda centralizados e simplificados, dado que hoje o comércio se dá predominantemente via balcão e requer conhecimento técnico relativamente inacessível a muitos potenciais compradores.

“Acreditamos que atuar nesses pontos fundará importante alicerce para a liquidez e volumes necessá-

rios a um mercado eficiente, que é o que buscamos para o mercado voluntário de carbono brasileiro”, ressalta o diretor.

No Banco Mundial, a parceria também é vista com entusiasmo. “As populações mais pobres são também as mais vulneráveis às mudanças do clima. Se nada for feito, eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes podem levar 130 milhões de pessoas à pobreza e forçar mais de 250 milhões a migrar dentro de seus países até 2050. Por isso, essa agenda de mudança do clima está diretamente associada à missão do Banco Mundial, que é erradicar a pobreza e compartilhar prosperidade”, afirmou a diretora do Banco Mundial para o Brasil, Paloma Anós Casero, em um comunicado do Bird.

O problema é urgente e exige a tomada de medidas drásticas, além do aporte volumoso de recursos no mundo todo. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com Fórum Econômico Mundial e outras entidades, realizou um estudo que mostra que serão necessários investimentos na ordem de US\$ 4,1 trilhões até 2050 para salvar a biodiversidade e ajudar na preservação do planeta por parte dos países do G20. Para cumprir a meta, seria necessário aumentar em pelo menos 140% o que é gasto hoje.

INFLAÇÃO VERDE: ADESÃO AOS PRINCÍPIOS ASG PRESSIONA PREÇOS

Uma das áreas mais impactadas pelo fenômeno é a de energia, seguida pelo setor bancário e pela indústria automobilística

Em todo o mundo, o combate às mudanças climáticas e a adoção de medidas mitigatórias vêm ganhando força e urgência por meio das ações governamentais para descarbonização da economia. Esse processo, apontam especialistas, tem gerado um novo fenômeno: a inflação verde. Uma das áreas mais importantes é a de energia e, por isso, tem sido uma das mais impactadas pelo fenômeno, como também o setor bancário e a indústria automobilística.

Não obstante, esses mesmos especialistas são os primeiros a advertir que nenhuma alta de preços relacionada à inflação verde se equivalerá ao mesmo nível do impacto econômico projetado, caso nada seja feito para evitar ou amenizar as mudanças climáticas. O consenso é que nem mesmo o Brasil conseguirá evitar esse movimento de alta nos preços, independentemente de ter uma matriz elétrica mais limpa que a média mundial.

O coordenador do portfólio de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade, Gustavo Pinheiro, avalia que os efeitos seriam menores se a transição fosse feita de forma gradual, mas adverte que, ao contrário do que ocorre em outros países, as iniciativas não devem gerar pressão inflacionária no Brasil. Sua análise é de que o processo de recuperação da pandemia (especialmente sob o aspecto econômico) e as recentes tensões no campo geopolítico têm maior impacto nos preços do que a transição para uma economia de carbono zero.

“No Brasil, a inflação alcançou dois dígitos em 12 meses, alimentada pela alta nos preços dos bens industriais, reforçada por uma inflação de serviços e pressões de alimentos, combustíveis e energia elétrica”, diz ele, argumentando que os índices de inflação refletem a retomada da economia, os gargalos nas cadeias produtivas, a desvalorização do real, os

aumentos dos preços das commodities e as condições climáticas desfavoráveis.

Segundo ele, não há evidências de que a descarbonização da economia global seja o principal fator da inflação global. “O aumento dos preços vem sendo alimentado principalmente por desarranjos nas cadeias logísticas, gargalos e desequilíbrios decorrentes da retomada da pandemia e pelas tensões geopolíticas da Guerra Fria 2.0”, pondera. Pinheiro diz que, passados 48 anos desde o primeiro choque do petróleo, falar da inflação verde na cobertura econômica tem se tornado um mantra.

“A hipótese aventada por analistas econômicos é de que a transição para uma economia de baixo carbono deprimiu o investimento em combustíveis fósseis desde a assinatura do Acordo de Paris (em dezembro de 2015) e reduziu a oferta de óleo e gás. Ao mesmo tempo, a retomada da economia, após o choque



“A hipótese aventada por analistas econômicos é que a transição para uma economia de baixo carbono deprimiu o investimento em combustíveis fósseis desde a assinatura do Acordo de Paris e reduziu a oferta de óleo e gás.”

Gustavo Pinheiro, Instituto Clima e Sociedade

causado pela Covid-19, ampliou fortemente a demanda e pressionou os preços da energia”, avalia Pinheiro.

● ● ● CRISES GLOBAIS

Levantamento da Agência Internacional de Energia (AIE) demonstra a drástica queda do investimento na produção de petróleo e gás: de US\$ 779 bilhões em 2014 para US\$ 328 bilhões em 2020. Mas, de acordo com o consultor, não existe uma única crise global de energia. “Há crises distintas, em várias partes do planeta. Diferentemente das crises do petróleo da década de 1970, as causas não estão relacionadas à restrição sistemática de oferta de óleo e gás”, argumenta Gustavo Pinheiro.

Na sua opinião, o problema é que, se contribuíram para reduzir o investimento em petróleo e gás, as promessas de um futuro de baixas emis-

sões de gases de efeito estufa ainda não se traduziram em aumentos nos investimentos em projetos de energia limpa na magnitude necessária.

“O setor de energias renováveis não tem enfrentado escassez de recursos, e as emissões de dívida sustentável atingiram um recorde de US\$ 600 bilhões em 2020. Mas os fluxos financeiros cresceram mais rapidamente do que as despesas de capital em energia renovável”, afirma Pinheiro.

Estudos da AIE apontam para uma carência de projetos de energia limpa de alta qualidade. E, segundo Pinheiro, a questão é “agravada por canais inadequados para orientar os fundos disponíveis na direção certa e pela falta de intermediários capazes de combinar o capital excedente com as necessidades das empresas e dos consumidores”.

O coordenador do Instituto Clima argumenta ainda que, se o Brasil tivesse dado início ao processo de transição para economia de baixo carbono há mais tempo, hoje os impactos econô-



micos e sociais seriam menores. “Em 2006, saiu um relatório que mostrava os custos da ação e da inércia climática. O documento mostrou que postergar tornaria o processo mais caro, e está de fato se tornando.”

De todo modo, ele considera que a descarbonização pode tornar a economia brasileira mais competitiva em relação a outras economias relevantes. “É uma oportunidade de redução de custos de energia, pois temos oferta abundante de geração eólica, solar e de biomassa que são mais baratas do que as térmicas que utilizam combustíveis fósseis. Além disso, temos os menores custos de abatimento de emissão de gases de efeito estufa”, conclui Gustavo Pinheiro.

● ● ● RELATÓRIO BC

Desde o fim do ano passado, o Brasil vem passando por sucessivos desastres climáticos, como chuvas e geadas, que encareceram alimentos, e mais recentemente a crise hídrica, que elevou o custo da energia elétrica. Com isso, a curva da chamada inflação verde está em ascendência. O tema entrou na pauta de discussões do Banco Central com o

lançamento, no final de 2020, da Agenda BC# Sustentabilidade: Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas.

A partir de então, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, tem enfatizado que choques ambientais e climáticos podem afetar a taxa de inflação e que isso pode ser um desafio no controle de preços, não só no Brasil, mas em diversos países. Em setembro do ano passado, o BC divulgou sua agenda de sustentabilidade institucional, com uma série de medidas a serem implementadas a curto, médio e longo prazos.

Dentro dessas ações, foram lançadas normas de ESG (sigla em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança) para instituições financeiras. Entre outras, a que exige a inclusão de mudanças climáticas no gerenciamento de riscos dos bancos a partir de julho deste ano. Com isso, o BC passou a exigir que os bancos incorporem potenciais perdas com choques climáticos no cálculo de riscos, o que afeta análises para concessão de crédito.

O documento cita condições climáticas extremas, incluindo seca, inundação, enchente, tempestade, ciclone, geada e incêndio florestal,

elencando ainda alterações ambientais permanentes, como aumento do nível do mar, escassez de recursos naturais, desertificação e mudança no padrão pluvial ou de temperatura.

De acordo com o diretor de Sustentabilidade e Cidadania Financeira da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Amaury Oliva, as medidas anunciadas pelo BC reiteram a importância dos princípios ESG para o setor bancário, que está preparado para seguir as novas regras.

“O gerenciamento de risco com componentes climáticos não é algo novo para as instituições. Esse é um tema que o setor bancário já vem discutindo há algum tempo, tanto os bancos individualmente, como a Febraban, no âmbito da Network for Greening the Financial System (NGFS), do Financial Stability Board (FSB) e do Basel Committee on Banking Supervision”, afirma Oliva.

Segundo ele, com esse objetivo foi desenvolvida uma série de ferramentas para avaliação do risco climático da carteira de crédito dos bancos. “E temos um modelo de autorregulamentação bancária que tem um eixo voltado especificamente para a questão socioambiental e, desde 2020, estamos revendo todas as regras para adequá-las à nova regulamentação”, afirma Amaury Oliva. “A agenda ESG é uma demanda da sociedade: os consumidores brasileiros estão cada vez mais atentos ao impacto socioambiental e consideram esse compromisso importante para a avaliação de uma empresa”.

Na avaliação do ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie, as mudanças climáticas colocam um desafio sem precedentes para o sistema financeiro. “Sobretudo com relação ao difícil equilíbrio entre a regulação prudencial e a eficiência na atuação das instituições financeiras para a transição das empresas em direção a fontes de energia limpa”.

Le Grazie pondera que, diferentemente de outros riscos, como os operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez, “os impactos das mudanças climáticas e a materialização da combinação de riscos climáticos físicos e de transição poderão trazer impactos substanciais e até mesmo desestabilizar o sistema financeiro, e o debate sobre os impactos financeiros e monetários de tais riscos ainda é relativamente incipiente, comparado a outros riscos”.



“A agenda ESG é uma demanda da sociedade: os consumidores brasileiros estão cada vez mais atentos ao impacto socioambiental e consideram esse compromisso importante para a avaliação de uma empresa.”

Amaury Oliva, Febraban



“Os impactos das mudanças climáticas e a materialização da combinação de riscos climáticos físicos e de transição poderão trazer impactos substanciais e até mesmo desestabilizar o sistema financeiro.”

Reinaldo Le Grazie, Banco Central



“A Anfavea lidera esse debate fundamental e inadiável (redução das emissões de CO²), pois a indústria automotiva precisa saber como direcionar seus investimentos para as próximas gerações de veículos.”

Luiz Carlos Moraes, Anfavea

Desse modo, continua Grazie, em linha com as diretrizes de gerenciamento de riscos climáticos recentemente emitidas pelo Banco Central, “as funções de supervisão e *enforcement* de tais diretrizes pelas instituições financeiras deverão ser prioritárias na pauta do regulador financeiro brasileiro nos próximos anos, o qual deverá atuar em coordenação com outros órgãos do Governo para que haja uma visão integrada e holística da questão.”



Mais de R\$ 150 bilhões precisarão ser investidos nos próximos 15 anos em tecnologia e infraestrutura pela cadeia automotiva, pelos produtores de combustíveis/energia e pelo Poder Público. A

estimativa consta de estudo realizado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) em parceria com o Boston Consulting Group (BCG), apontando cenários e desafios do Brasil no caminho da descarbonização do setor automotivo.

“Esforços para reduzir a emissão de gases de efeito estufa já estão na agenda da indústria automobilística global, e o Brasil precisa se integrar a essa realidade”, afirma o presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes. “A Anfavea lidera esse debate fundamental e inadiável, pois a indústria automotiva precisa saber como direcionar seus investimentos para as próximas gerações de veículos e para inserir o Brasil nas estratégias globais de motorização com foco total na descarbonização”, acrescentou.

No documento “O Caminho da Descarbonização do Setor Automotivo”, a Anfavea apresenta três cenários para o futuro da motorização veicular, considerando a realidade brasileira. Dependendo do cenário, veículos leves eletrificados (que hoje representam 2% desse nicho de mercado) responderão por 12% a 22% do mix de vendas, em 2030, no País, e de 32% a 62%, em 2035. Veículos pesados com novas tecnologias serão de 10% a 26%, em 2030, e de 14% a 32%, em 2035.

Motores flex e a diesel ainda serão maioria na frota em 2035, o que aumenta a importância dos biocombustíveis para reduzir emissões de CO², aponta o estudo. Só veículos zero km “mais limpos” não bastarão para reduzir radicalmente as emissões. “Políticas de inspeção veicular e renovação de frota são mandatária”, afirma Moraes.

PPP: UM ROTEIRO PARA CURAR A CHAGA DO SANEAMENTO

Segundo o BNDES, o Brasil precisa investir R\$ 26,5 bilhões por ano para alcançar as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico em 2033

Há muitas décadas, o Brasil convive com uma doença devidamente diagnosticada, com remédios conhecidos, mas cujo tratamento avança a passos de tartaruga: o saneamento básico e suas consequências calamitosas na qualidade de vida da população.

De acordo com os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2020 apenas 55% da população brasileira tinha acesso à rede de esgoto e somente 50,8% do esgoto gerado era tratado. Há diferenças abissais entre as regiões. Enquanto no Sudeste a coleta alcançava 80,5% dos habitantes, no Norte o índice não passava de 13,1%.

Segundo o BNDES, principal instituição de fomento à infraestrutura do País, ao lado da Caixa, para que o Brasil alcance as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Pransab) em 2033 – 99% de abastecimento de água, 92% de acesso

à coleta de esgoto e 93% de tratamento do esgoto coletado – seriam necessários investimentos anuais de R\$ 26,5 bilhões (números de 2018) a partir de 2019. O valor teria mais que dobrar, uma vez que a média de 2007 a 2018 foi de R\$ 12,3 bilhões.

O desafio gigantesco, oriundo do descaso secular no País com esse aspecto básico da saúde pública, parece ter encontrado um ponto de inflexão em 2020 com a promulgação da Lei nº 14.026, estabelecendo o novo marco regulatório do saneamento básico.

Segundo Frederico Ribeiro, sócio da consultoria Radar PPP, há dois pontos atacados pela nova lei que, mantendo o controle municipal dos serviços, têm sido fundamentais para o surgimento de sinais de que a inércia predatória começa a ser quebrada.

O primeiro é o fim do direito de preferência das empresas estaduais em relação aos serviços de saneamento, tornando obrigatório que o município contrate por meio de licitação. E

o segundo é a obrigatoriedade da sustentabilidade econômico-financeira, por meio da cobrança pelos serviços prestados, um ponto que, segundo Ribeiro, ataca especialmente a destinação dos resíduos sólidos.

A mudança do marco legal tem sido fundamental para a evolução dos projetos de saneamento básico desde então, como mostram os dados do acompanhamento mensal feito pelo Radar PPP, por meio da publicação Termômetro do Radar de Projetos (TRP).

Dos 3.641 projetos de 19 segmentos que constam na base de dados da consultoria, 880 (24,2%) são de saneamento básico, sendo 468 de água e esgoto e 412 de manejo de resíduos sólidos, atualmente, em sua grande maioria, lançados nos famosos lixões que mancham a paisagem na maioria dos municípios brasileiros.

Os dois segmentos em que se divide o saneamento básico para efeito de concessões ou Par-



cerias Público Privadas (PPPs) ocupam, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares entre os 19 monitorados, entre eles, o de iluminação pública. Dos 57 novos projetos inseridos na base de dados do Radar PPP em fevereiro deste ano, 15 foram de saneamento: oito de resíduos sólidos e sete de água e esgoto.

O Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU) ganhou uma segunda alavanca em 15 de junho de 2021 – a publicação pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) da Norma de Referência nº 1, definindo o regime, a estrutura e os parâmetros para a cobrança pela prestação do serviço.

A atribuição à ANA da tarefa de normatizar o setor de saneamento foi outra importante novidade trazida pela Lei 14.026 e, ao iniciar sua nova incumbência pelo segmento de resíduos sólidos, a agência sinalizou o objetivo de trabalhar pela erradicação dos lixões.

Segundo dados do Governo Federal, cerca de quatro mil municípios brasileiros atualmente não cobram pelo SMRSU, sem contar aqueles que cobram de modo insuficiente para financiar a prestação do serviço. Sem condições de manter aterros sanitários adequados, esses entes federativos apelam para os lixões.

“O fato de a lei criar a obrigatoriedade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço diminui os constrangimentos políticos que a instituição de uma nova cobrança gera para a população”, diz Frederico Ribeiro, acrescentando que isso ajuda a fazer com que as tarifas sejam aprovadas e viabilizem a concessão dos serviços.



INVESTIMENTOS E AGÊNCIAS

Nem tudo são flores no novo cenário do complexo e historicamente malcuidado terreno do

“O fato de a lei criar a obrigatoriedade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço diminui os constrangimentos políticos que a instituição de uma nova cobrança gera para a população.”

Frederico Ribeiro, Radar PPP



saneamento básico brasileiro. A começar pela forte necessidade de alavancagem de investimentos para que se alcancem os números de atendimentos projetados para 2033. Frederico Ribeiro, do Radar PPP, mostra ceticismo quando questionado sobre o tema.

Segundo ele, as estimativas compartilhadas pelo Governo apontam que o novo marco legal vai injetar entre R\$ 500 bilhões e R\$ 700 bilhões em dez anos no setor, no rumo da universalização. “Particularmente, desconheço o racional que leva a esses números e não acredito que o Governo não os tenha divulgado”, disse.

De acordo com o especialista, o Radar PPP monitora atualmente 116 contratos de concessão e de PPP de saneamento já assinados, e o investimento médio previsto para eles ao longo dos contratos é de aproximadamente R\$ 740 milhões. Se forem somados outros 474 projetos em variados momentos de tramitação, o valor médio cai para R\$ 537 milhões.

Ribeiro disse que seria possível até aprofundar esses cálculos a partir de projetos comprados pelo setor privado, mas considera que o momento dos debates necessita de “outras reflexões mais relevantes do que a mera estimativa de investimentos que poderão ser realizados”.

“A meu ver, é preciso regulação séria para que o setor privado tenha segurança em investir no portfólio que está em franco crescimento”, acrescentou. Para o especialista, a expectativa do setor é de que a ANA seja dotada de quadros qualificados e desenvolva a capacidade de emitir normas de saneamento de forma independente, blindada de pressões políticas, uma vez que sua atuação vai servir de norte para as agências reguladoras estaduais, municipais e intermunicipais.

Ribeiro disse ainda que, se os governos, nas suas três instâncias, falharem em dotar suas agências dessa capacitação institucional e técnica, “há o risco relevante de normativos inade-

quados inviabilizarem projetos, ou mesmo de impulsionarem projetos tecnicamente frágeis, afastando investidores, gerando um clima de insegurança técnica e jurídica e comprometendo a transformação do saneamento básico brasileiro na próxima década”.



FÁBRICA DE PROJETOS

Mais do que um financiador, o BNDES vem se transformando nos últimos anos no grande articulador de projetos de concessões, privatizações e PPPs de infraestrutura, tendo sido apontado em 2021 como o maior estruturador global de projetos nessas áreas pela provedora de dados Infralogic.

De 2019 a 2021, foram 19 projetos leiloados, totalizando R\$ 109 bilhões em capital mobilizado (US\$ 24,5 bilhões). Considerada uma carteira ativa de 148 projetos em tramitação, com R\$ 274 bilhões em capital a mobilizar, a carteira total alcança R\$ 383 bilhões.



Na área de saneamento básico são 19 projetos. Desses, sete já foram leiloados, somando R\$ 44,1 bilhões em investimentos contratados e R\$ 29,5 bilhões em pagamentos de outorgas. Todas os projetos leiloados foram na área de água e esgoto. Agora, o banco estatal começa a entrar no segmento de resíduos sólidos.

A Caixa, a outra grande instituição federal de fomento, informou que, de 2019 a 2021, contratou R\$ 22,2 bilhões em financiamentos para infraestrutura, incluindo saneamento, em um total de 1.678 projetos. Foram desembolsados R\$ 18,4 bilhões no período.

Como assessora dos municípios para estruturação de projetos de PPPs, a instituição informou que possui atualmente 14 projetos de saneamento em carteira, sendo quatro de água e/ou esgoto; um de água, esgoto e resíduos sólidos; e nove de resíduos sólidos.

Fábio Abrahão, diretor de Concessões e Privatizações do BNDES, resume os fundamentos

que levaram o banco a se tornar o maior estruturador de projetos do mundo. “Primeiro, havia uma premissa, em 2019, quando chegamos ao banco, que se mostrou verdadeira, segundo a qual o gargalo para investimentos em infraestrutura no Brasil não é a indisponibilidade de capital, mas a falta de bons projetos. Outro ponto é que a estruturação desses projetos não se resume a fazer uma boa modelagem econômico-financeira e de engenharia, embora seja importante”, afirmou.

Ele acrescenta que é preciso fazer a gestão dos *stakeholders* e a interlocução, dependendo de cada projeto, com um conjunto diferente, a comunidade, o Ministério Público, os órgãos de controle, o poder concedente. “No caso do saneamento, esse poder é o município associado ao estado.”

O terceiro ponto essencial é o contato com os investidores. Abrahão disse que o BNDES montou um time para cumprir cada uma dessas tarefas, estando aí a base do sucesso alcançado.

Na área de saneamento, embora a privatização da Cedae – R\$ 24,9 bilhões em outorga e R\$ 32 bilhões em investimentos para quatro áreas leiloadas – tenha sido, disparado, a maior de todas as operações, o diretor do BNDES destaca a concessão da área B de Alagoas como a mais emblemática.

Realizado em 13 de dezembro de 2021, o leilão teve disputa, e a outorga saiu por R\$ 1,2 bilhão, além de um compromisso de investimentos de R\$ 2,9 bilhões em 35 anos de concessão. São 34 municípios do agreste e do sertão alagoanos, com uma população total de 759,9 mil, dos quais 581,7 mil atendidos.

“Ou seja, está comprovado que é possível”, disse Abrahão, acrescentando que a concessão já está operando e que, mesmo sendo uma região de baixa renda, na qual é necessário definir uma tarifa social subsidiada pelas áreas de renda maior, não há mais nenhuma relação de favor, é uma relação entre consumidor e fornecedor.

Segundo ele, agora que desenvolveu com sucesso o segmento de água e esgoto, o BNDES está abrindo a frente dos projetos de resíduos sólidos. “Acho que vai se desenvolver com a mesma velocidade do outro segmento”, preconizou.



“Havia uma premissa, em 2019, que se mostrou verdadeira, segundo a qual o gargalo para investimentos em infraestrutura no Brasil não é a indisponibilidade de capital, mas a falta de bons projetos.”

Fábio Abrahão, BNDES

O executivo ressaltou que outro saldo fundamental na área de água e esgoto foi a abertura do mercado, atraindo operadores de classe internacional, como a Equatorial, já consagrada no setor energético; a Itausa e grandes fundos do Canadá e dos Estados Unidos. Além de três áreas de Alagoas e quatro do Rio de Janeiro, já foram leiloados pelo banco: o Amapá e o município de Cariacica, no Espírito Santo.

O próximo leilão deverá ser o do Ceará, cujo projeto está em análise pelos órgãos de controle. Sergipe e Paraíba estão em fase de estudos técnicos, e Porto Alegre está em fase de edital. “O melhor argumento [para atrair novos entes] é o exemplo”, resume Abrahão.

NOVO MARCO REGULATÓRIO FAVORECE CONSUMIDOR

Medidas aprovadas no ano passado incentivam a competição e a inovação e estimulam a oferta de produtos mais simples, diversificados e acessíveis

As mudanças aprovadas na regulamentação do setor em 2021 trouxeram mais liberdade para a oferta de produtos e serviços inovadores. Tanto a Susep quanto o mercado acreditam que tais medidas favorecem diretamente os consumidores, reduzindo preços e facilitando o acesso ao seguro. Exemplos disso são as Circulares 620 e 621, que simplificaram a estruturação e a comercialização dos seguros patrimoniais e massificados, respectivamente.

Em ambos os casos, foi revisto o arcabouço regulatório para que se possa fornecer a adequada proteção aos consumidores. As medidas incentivam a competição e a inovação e estimulam a oferta de produtos mais simples, diversificados e acessíveis. Nos seguros patrimoniais, foram suprimidas as restrições para a conjugação de coberturas de diferentes ramos; a obrigatoriedade de estruturação dos produtos com coberturas básicas e adicionais; e a limitação da franquia, entre outras.

Segundo a Susep, a maior diversificação de produtos a partir da estruturação de planos não

padronizados, conjugando diferentes coberturas, com uma maior liberdade para as seguradoras estabelecerem as condições contratuais e consequente atração de novos perfis de clientes, naturalmente demandará do mercado “uma maior capacidade de projetar e analisar os novos riscos por conta dessa inovação nos produtos e os consequentes impactos em sua precificação”.

Já a Circular 621 revogou, total ou parcialmente, 12 atos normativos, que apresentavam regras mais prescritivas e não consolidadas. A norma ofereceu maior liberdade contratual; segregação entre seguros massificados e de grandes riscos e a flexibilização na estruturação das coberturas e desenho dos produtos.

Além disso, excluiu a tabela de curto prazo e a cláusula padronizada de concorrência de apólice e possibilitou a estruturação de cobertura *all risks* em diferentes ramos e aquelas vinculadas à prestação de serviços com livre escolha dos prestadores de serviços pelo segurado e/ou com indicação de rede referenciada pela sociedade seguradora.

“O normativo acaba com a percepção de produtos padronizados aprovados pelo regulador, o que tem claros efeitos negativos sobre diferenciação de produtos e inovação, prejudicando os consumidores e a inclusão de mais pessoas no mercado de seguros”, acentua a Susep, que espera maior concorrência, diversidade de produtos e redução de preços.

Nos seguros de grandes riscos, as mudanças estabelecidas pela Resolução 407/21 do CNSP permitem maior flexibilidade nas negociações entre seguradoras e segurados; geram a oportunidade de ampliar a oferta de produtos e serviços, reduzindo assim o custo das coberturas contratadas e simplificam a regulamentação para o segmento.

De acordo com a Susep, diferentemente do que ocorre com os seguros massificados, os segurados de grandes riscos têm, sob o ponto de vista econômico e cultural, maior capacidade de negociação, podendo ser considerada paritária perante as seguradoras, justificando o entendimento de que a liberdade contratual prevaleça sobre a intervenção estatal.



Assim, a autarquia espera que as seguradoras ajam com maior liberdade e flexibilidade na adequação das coberturas comercializadas e modelos de precificação, com maior aderência à natureza dos riscos subscritos.

“Entendemos que a subscrição das companhias será mais segmentada e individualizada, típica da estruturação de produtos *taylor made*”, destaca o órgão regulado. Além disso, para a Susep, o apoio do mercado de resseguros nesse processo será fundamental, haja vista a vasta expertise na precificação de riscos individualizados.

Outra norma de extrema relevância é a Circular 639/21, que trata do Seguro Auto, que permitiu a contratação de coberturas segmentadas, com produtos mais ajustados às necessidades do consumidor. As principais inovações são a possibilidade de as seguradoras oferecerem outro critério objetivo e transparente para determinação do limite máximo de indenização na data da ocorrência do sinistro. “Com a nova regulamentação, cabe ao consumidor buscar no mercado aquele produto cujo cus-

to/ benefício melhor o atenda”, explica a Susep.

Há ainda a possibilidade de contratação de “cobertura parcial” para o veículo. O segurado poderá contratar uma cobertura que garanta, por exemplo, apenas 60% do valor do veículo, pagando, naturalmente, um prêmio menor. Além disso, o dono de um veículo antigo poderá optar por um seguro apenas para colisão.

Será possível vincular o seguro ao condutor, em vez de somente ao veículo. Desse modo, se um motorista tiver mais de um veículo, todos poderão estar com a garantia ativa, o mesmo ocorrendo em caso de eventual aluguel de veículos e uso compartilhado. Essa novidade pode ser interessante também para motoristas de aplicativos que costumam usar veículos alugados para trabalhar.

A Susep editou ainda a Circular 640/21, que consolidou, em um único texto, o conteúdo de três normas anteriores, as Circulares 305/05 (benefetórias e produtos agropecuários); 308/05 (peão rural) e 571/18 (pecuário e de animais). E foi revogada a Circular 261/04, que tratava do seguro

de cédula de produto rural, em razão do desinteresse do mercado em sua comercialização.

Essa consolidação manteve as definições dos seguros que aborda, sem alteração de mérito técnico relevante. “Foram feitos ajustes em consonância com o Planejamento Estratégico da Susep 2020-2023, de simplificar a regulação dos mercados”, ressalta o órgão regulador.

● ● ● REAÇÃO DO MERCADO

A presidente da Comissão de Seguro de Grandes Riscos da FenSeg, Thisiani Martins, observa que as principais inovações no segmento de grandes riscos, neste primeiro momento, estarão voltadas para as adequações dos clausulados das apólices ligadas a programas mundiais das matrizes das empresas, bem como para alguma necessidade específica dos clientes em relação à atividade desenvolvida ou característica de seu risco.

Ela frisa que, para as seguradoras, há o benefício da diferenciação concorrencial no âmbito



mais técnico, além do financeiro. “A resolução permite oferecer soluções mais adequadas aos clientes, sem se preocupar com a aprovação dos produtos pelo regulador”, comenta.

Thisiani Martins informa ainda que as seguradoras manterão seus produtos existentes, e há uma expectativa de que eles sejam os mais utilizados. “Produtos específicos serão desenvolvidos quando necessários e para clientes especiais, de acordo com o tempo, custo e recurso despendidos para o desenvolvimento deles. Sendo assim, as seguradoras trabalharão de forma híbrida”, explica.

Já o presidente da Comissão de Seguro Automóvel da FenSeg, Marcelo Sebastião, destaca que, com a Circular 639/21, as seguradoras passam a ter liberdade para desenhar novos produtos. Nesse



“Produtos específicos serão desenvolvidos quando necessários e para clientes especiais, de acordo com o tempo, custo e recurso despendidos. Assim, as seguradoras trabalharão de forma híbrida.”

Thisiani Martins, FenSeg



“Para o consumidor, os benefícios vão desde o melhor produto para atender suas necessidades, e que caiba no bolso, até outros mais simplificados, customizados e de preço acessível.”

Marcelo Sebastião, FenSeg



“Acreditamos que o principal objetivo será atingido, especialmente ante a maior liberdade do mercado para trabalhar clausulados e inovar em produtos.”

Roque Melo, FenSeg

novo cenário, o corretor será personagem fundamental para explicar aos consumidores as diferenças entre os produtos e propor as melhores opções.

“Para o consumidor, os benefícios vão desde o melhor produto para atender suas necessidades, e que caiba no bolso, até outros mais simplificados, customizados e de preço acessível”, pontua.

O presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da FenSeg, Roque Melo, também está confiante nos resultados com as mudanças no seguro garantia. “Cabe uma consideração especial pela forma cuidadosa com que a Susep tratou o tema, disponibilizando duas consultas públicas, inclusive”, comenta.

Sobre os futuros lançamentos, Melo acentua que a autarquia alterou sensivelmente as regras

nos últimos anos. “Acreditamos que o principal objetivo será atingido, especialmente ante a maior liberdade do mercado para trabalhar clausulados e inovar em produtos.”

Para o presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Joaquim Neto, a Circular 640/2021 flexibiliza a operação de seguro e o desenvolvimento de produtos, além de definir prazos de aviso e vistoria de sinistro para os seguros rurais subvencionados. “Para os segurados, é importante haver regras claras, principalmente em relação aos momentos de sinistros, para que os seguros sejam efetivos e os prazos de indenização, devidamente cumpridos”, diz Neto.

Igualmente otimista está Jarbas Medeiros, presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais

Massificados da FenSeg. Para ele, “as mudanças trazem uma evolução importante para o mercado” ao simplificarem normas e permitirem um ambiente de mais liberdade para que as companhias possam operar.

“Há uma grande oportunidade de tornar os produtos mais simples, com cláusulas de fácil entendimento pelo cliente. As seguradoras podem usar essa flexibilização para gerar mais diferenciais em seus produtos, ampliando o escopo das coberturas ou tomando mais ágeis seus processos”, ressalta.

Sobre os riscos massificados, Medeiros aponta a Circular 621/21 como “um passo muito importante”, que permite às seguradoras ofertar soluções mais conectadas às necessidades dos clientes. “Uma das principais inovações foi a possibilidade de contratação unificada de apólices que antes eram vendidas em separado, com coberturas de danos para os mais diversos bens. O mercado se mexeu rápido, e hoje os clientes já podem contratar em uma única apólice e único pagamento o seguro para automóvel e residencial”, pontua.

Ele vê ainda muitos benefícios para seguradoras e consumidores, incluindo, no caso das companhias, a ampliação da oferta dos seguros a um número maior de clientes por meio de soluções integradas. Para o consumidor, um ambiente mais propício à inovação tende a gerar novas soluções mais alinhadas às reais necessidades dele.

● ● ● ADI PREOCUPA

A FenSeg vê com apreensão a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a Resolução 407/21, que trata dos grandes riscos. O presidente da Federação, Antonio Trindade, diz que a ADI causa insegurança jurídica.

“Participamos ativamente das consultas sobre a nova regulamentação do seguro de grandes riscos, que aperfeiçoou o modelo regulatório e trouxe mais transparência e competitividade ao mercado. Estamos estudando as medidas judiciais cabíveis para resguardar essa conquista que pertence aos segurados e às seguradoras”, diz Trindade.

Segundo ele, a Resolução 407 criou condições para a oferta de seguros sob medida, indo ao encontro das necessidades de cada cliente, que busca “mais simplicidade e menos burocracia”.



“Para os segurados, é importante haver regras claras, principalmente em relação aos momentos de sinistros, para que os seguros sejam efetivos e os prazos de indenização, cumpridos.”

Joaquim Neto, FenSeg



“As seguradoras podem usar essa flexibilização (de criar produtos simples) para gerar mais diferenciais em seus produtos, ampliando o escopo das coberturas ou tornando mais ágeis seus processos.”

Jarbas Medeiros, FenSeg

TECNOLOGIAS DIGITAIS ALAVANCAM PRODUÇÃO NO CAMPO

Agricultura 4.0 dissemina-se no País, e startups do setor ganham cada vez mais espaço. A nova realidade impulsiona o Seguro Rural, que cresceu 40% no ano passado

O uso crescente das novas tecnologias digitais no campo tem contribuído decisivamente para o aumento e a melhoria da produção agropecuária brasileira, uma das mais importantes do mundo, rivalizando com potências como China e EUA. O Brasil é hoje o segundo maior produtor e o segundo maior exportador de alimentos, com uma produção que alimenta 10% da população mundial.

Embora tenha encolhido 0,2% no ano passado, devido às condições climáticas adversas, o setor vem alavancando o PIB no País, como ocorreu em 2020, quando cresceu 3,8% (ante quedas de 3,4% na indústria e de 4,3% nos serviços). Para 2021/22, a previsão oficial é de uma safra 5% maior que a anterior, com novo recorde de 268,2 milhões de toneladas de grãos.

Tal desempenho não é à toa. Além das condições geográficas favoráveis, o País tem adotado cada vez mais a agricultura 4.0, um conjunto de

tecnologias aplicado a todas as etapas produtivas. São técnicas e ferramentas como softwares, drones, robótica, biotecnologia, internet das coisas e outras que ajudam a incrementar a produção. Para isso, tem colaborado a difusão das *agtechs* (startups do setor), que oferecem soluções tecnológicas para problemas do agro.

O Radar Agtech Brasil 2020/21 – estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em parceria com a gestora de capital de risco SP Ventures e a Homo Ludens Research and Consulting – revelou que o número de *agtechs* no País em 2020 chegou a 1.574, ou 40% a mais que em 2019. Naquele ano, o índice de agricultores brasileiros que usavam meios digitais era de 46%, ante 31% nos EUA e 22% na Europa. No mesmo ano, o empreendedorismo *agtech* no Brasil captou US\$ 70 milhões, coincidindo com a atual safra recorde, de 257,8 milhões de toneladas.

Os US\$ 70 milhões, porém, representaram só 2% do valor investido em novos empreendimentos tecnológicos no País. Segundo o Radar, os investimentos globais em *agtechs* saltaram de US\$ 6,4 bilhões, em 2014, para US\$ 30,5 bilhões, em 2020, mas o Brasil não está entre os 15 países que mais investiram nessas empresas. Ou seja, há grande potencial de crescimento.

Para o mercado segurador, a agricultura 4.0 também representa grandes oportunidades. Em 2021, o Seguro Rural cresceu 40%, maior resultado entre todos os segmentos do setor, com receita de R\$ 9,6 bilhões. Em dezembro passado, a alta foi de 62,1% sobre igual mês de 2020.

“GANHO BRUTAL”

A diretora do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Sibelle de Andrade Silva, atribui os bons resultados do agronegócio ao



conhecimento tecnológico e à atitude empresarial dos produtores rurais, para além da disponibilidade de terras agricultáveis e do clima favorável.

“Esse conjunto de fatores promoveu, nos últimos 25 anos, um aumento de 250% na produção, enquanto a área cultivada cresceu 106%”, afirma. Ela destaca aspectos como o uso intensivo de tecnologia embarcada no processo produtivo, maquinário integrado com computação e internet, aplicação adequada de fertilizantes e defensivos, material genético adaptado às condições regionais e, “principalmente, a capacidade gerencial dos produtores”.

Francisco Jardim, fundador da SP Ventures, identifica um “ganho brutal” de produtividade, decorrente da implantação de melhores práticas agrícolas e da intensa adoção de tecnologia em várias esferas, como tecnologia digital, de internet das coisas, satélites, drones, softwares de gestão e biotecnologia, tanto para o solo quando para o controle de pragas e doenças.

Na avaliação da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que atende mensalmente 120 mil propriedades rurais por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o incremento da tecnologia tem tido um impacto muito relevante no setor. O coordenador de Inovação do Sistema CNA/Senar, Matheus Ferreira, calcula que, nos últimos 30 anos, de 30% a 40% do avanço resultam da adoção de novas tecnologias.

Para Jardim, a proliferação das *agtechs* integra um movimento global de deslocamento da inovação para pequenas empresas. “Na era digital, a velocidade em que a inovação ocorre e a importância de que ela seja acompanhada de mudanças disruptivas são inadequadas às de uma grande companhia. No Brasil, esse movimento chegou ao agro. O resultado vai ser uma inovação mais rápida, agressiva, e com muito mais valor para o produtor. Isso é fundamental, porque os desafios do agronegócio, como a mudança climática, exigem rapidez.”

“No Brasil, esse movimento (era virtual) chegou ao agro. O resultado vai ser uma inovação mais rápida, agressiva, e com muito mais valor para o produtor. Isso é fundamental, porque os desafios do agronegócio exigem rapidez.”

Francisco Jardim, SP Ventures

As *agtechs* representam o futuro da inovação no agro, resume Sibelle, do Mapa. “São um braço tecnológico essencial para transformar os sistemas alimentares e para, por meio da aproximação com os produtores, desenvolver cada vez mais soluções para o campo”, diz.

“Startups do agro do mundo todo estão desenvolvendo tecnologias e negócios no Brasil. Temos institutos de pesquisa, universidades, empresas e investidores privados e cerca de 20 *hubs* em diversas regiões”, diz Sibelle, citando como exemplo a parceria do Ministério com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial no estudo Mapeamento do Ecossistema de Inovação no Agronegócio.

No primeiro edital, lançado em 2020 e avaliado em 2021, houve cem propostas inscritas e 14 selecionadas em projetos de adoção e difusão de tecnologias 4.0, que receberam ao todo R\$ 4,8 milhões de investimento. Este ano foi lançado um novo edital, para estimular a adoção de tecnologias nas cinco regiões do País.

Segundo a Embrapa, foi a tecnologia que permitiu o aumento da produção das principais lavouras em mais de 500%, de 1975 a 2017. “Devido ao avanço tecnológico, o agronegócio é o setor que tem liderado e assegurado o superávit brasileiro”, diz a gerente de Inovação da Secretaria de Inovação e Negócios do órgão, Ana Lúcia Atrasas.

“Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos cerrados aos sistemas produtivos, região que hoje produz quase 50% dos grãos. Quadruplicamos a oferta de carne bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a de frango”, informa ela, acrescentando que essas conquistas tiraram o País da condição de importador de alimentos básicos para a de um dos maiores produtores e exportadores.

“O total investido em startups que atuam com novas tecnologias aplicadas à produção cresceu 190% em 2020. As leis sobre inovação e startups no Brasil são recentes, e o arcabouço legal é fundamental na mudança de cenário. Mas o potencial das *agtechs* começa a ser observado.”



FATOR DE SOBREVIVÊNCIA

“A tecnologia hoje é um fator de sobrevivência. Quem não usa fica excluído do processo de produção e do mercado”, diz Ferreira, da CNA.



“Startups do agro do mundo todo estão desenvolvendo tecnologias e negócios no Brasil. Aqui temos institutos de pesquisa, universidades, empresas e investidores privados e cerca de 20 hubs em diversas regiões.”

Sibelle de Andrade Silva, MAPA

“O total investido em startups que atuam com novas tecnologias aplicadas à produção cresceu 190% em 2020. As leis sobre inovação e startups no Brasil são recentes, e o arcabouço legal é fundamental na mudança de cenário.”

Ana Lúcia Atrasas, Embrapa

Ele ressalva que alguns cultivos, como os de soja, milho e algodão, já estão no limite da produtividade no País. “Em propriedades com menos tecnologia o espaço para ganho de produtividade é maior na medida em que o produtor realiza as intervenções e recomendações dos técnicos.”

A CNA possui um programa para integrar os produtores ao ecossistema de inovação do agronegócio. Para Ferreira, porém, as *agtechs* precisam ser mais objetivas. “Por vezes, elas propõem soluções para problemas inexistentes, ou que contribuem pouco para resolver o problema. E o produtor precisa de soluções que resolvam. O setor rural não está podendo pagar o preço de um índice de acertos tão baixo.”

Ferreira crê que o impacto da pandemia de Covid-19 tenha sido enorme para os produtores

que não eram adeptos da tecnologia ou que a usavam pouco. “Grande parte deles ainda era muito analógica. Com a pandemia, muitos adotaram o virtual. A resistência a dispositivos digitais foi quebrada. Mas, por enquanto, foi uma mudança mais comportamental. A tecnologia chegou aos poucos, primeiro com o celular, depois com a internet, os drones etc. Se há um legado positivo da pandemia, foi essa virada de chave.”

Jardim, da SP Ventures, define a pandemia como um catalisador de tendências. “Com o cancelamento das feiras, o produtor parou de receber visitas técnicas e teve que ir para o digital; os bancos fecharam, ele foi para o digital. A pandemia acelerou muito essa migração e, como aconteceu junto com a pressão por sustentabilidade, potencializou tudo. Há um



“Em propriedades com menos tecnologia o espaço para ganho de produtividade é maior na medida em que o produtor realiza as intervenções e recomendações dos técnicos.”

Matheus Ferreira, CNA/Senar



“Quanto mais o agricultor investe, mais tem percepção do risco. Para a seguradora, quando ele corrige o solo, usa sementes mais resistentes ou máquinas que otimizam a produtividade, maior é o interesse na subscrição.”

Joaquim Neto, FenSeg

mundo pré-Covid e outro pós-Covid na tecnologia agropecuária”, diz.

“A tecnologia é o que vai resolver, não há opção. Se migrássemos para um mundo de baixas emissões de carbono sem mudanças radicais de inovação e tecnologia, significaria muita fome e menos energia, menos desenvolvimento e um colapso na qualidade de vida. Como as pessoas não estão dispostas a isso, o que teremos que fazer é uma mudança tecnológica radical”, conclui.



REFLEXO NOS SEGUROS

Segundo Joaquim Neto, presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, a expansão desse segmento no ano passado reflete o aumento na comercialização de diversos ramos, com destaque para o Seguro Agrícola, com alta de 43,25% e R\$ 4,8 bilhões em volume de prêmios. Outros ramos com grande crescimento foram: Vida do Produtor Rural, com 36,68% (R\$ 2,1 bilhões em prêmios); Penhor Rural, 33,82% (R\$ 1,9 bilhão) e Benfeitorias e Produtos Agropecuários, 47,3% (R\$ 692 milhões).

A expectativa da FenSeg é que o ritmo de expansão do segmento rural continue em 2022, em razão dos eventos climáticos no ano passado, garantidos pelo Seguro Agrícola. O aumento da produção nos últimos anos acarretado pelo uso de novas tecnologias no campo gera grande repercussão nos seguros, diz Joaquim. “Quanto mais o agricultor investe em sua atividade, mais tem a percepção do risco. Para a seguradora, quando ele corrige o solo com fertilizantes, usa sementes mais resistentes ou máquinas que otimizam sua produtividade, maior é o interesse na subscrição.”

Ele lembra que as seguradoras também têm utilizado novas tecnologias na comercialização, subscrição, gerenciamento de riscos e regulação dos sinistros, com a transmissão de propostas e de apólices *online*, utilização de fotos de satélite, acompanhamento das previsões climáticas e emprego de drones. “O Seguro Agrícola garante as perdas decorrentes de eventos climáticos, sendo comercializado no âmbito dos seguros de riscos nomeados e de multirrisco. O mercado já está operando alguns projetos-piloto com o seguro paramétrico, como o seguro para a cultura de cacau e o de pastagens.”



MUDANÇAS DE REGRAS FARÃO DECOLAR OS SEGUROS DE RESPONSABILIDADES

Com prazo de 180 dias para as seguradoras implementarem as mudanças, o setor já deve começar a sentir o impacto das alterações a partir de abril

O mercado enxerga com otimismo as mudanças feitas pela Susep na regulamentação dos seguros de Responsabilidade Civil. No total, foram publicadas cinco normas em setembro de 2021. Entre as principais novidades, constam o fim dos planos padronizados e a possibilidade de a seguradora pagar a indenização antes mesmo do trânsito em julgado e de reavê-la, posteriormente, em caso de mudança de decisão. Isso inclui as decisões administrativas do poder público, como do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Receita Federal.

“De fato, há uma grande expectativa em torno do crescimento do portfólio no mercado, por conta das novas determinações publicadas em

setembro”, afirma Danilo Uhlmann, membro da Comissão de Responsabilidade Civil da FenSeg.

Na avaliação dele, como as seguradoras tiveram um prazo de 180 dias para implementação das mudanças, o setor já deve começar a sentir o impacto das alterações a partir de abril. Segundo Uhlmann, a decisão da Susep de publicar cinco normas para a efetivação das mudanças foi justificada pelo fato de o tema ser “bastante complexo”.

Além disso, ele lembra que essas normas tratam de diferentes prismas relacionados aos seguros de Responsabilidade Civil. “Entre os recortes, estão os produtos massificados e os destinados à proteção de grandes riscos”, explica. Em termos de produtos, as novas determinações estipulam regras para Responsabilidade Civil Geral, E&O (Erros e

Omissões, também conhecido como RC Profissional), D&O (do inglês *Directors and Officers*), Riscos Ambientais e Riscos Cibernéticos.

Para Uhlmann, a simplificação regulatória deve alavancar a penetração dos produtos de RC. Isso porque os clausulados simplificados, enxutos e objetivos, com menos imposições regulatórias e linguagem mais acessível, são elementos fundamentais para aumentar a comercialização desses produtos, ainda pouco disseminados no Brasil, apesar do bom desempenho registrado nos últimos anos.

● ● ● PERCEÇÃO DE RISCO

Paralelamente às mudanças na regulamentação, outro ponto positivo para o avanço des-



sa carteira é que a pandemia ajudou a mudar a percepção de risco de executivos e lideranças empresariais, inseridos num ambiente marcado por turbulências e desarranjos no setor produtivo, por conta de paralisações ou falta de insumos.

“Nesse cenário, as disputas judiciais tendem a aumentar, e uma parte do empresariado despertou para a importância da proteção do seguro de RC. Agora, esperamos que esse movimento se intensifique, com maior disseminação dos benefícios do produto”, observa Uhlmann, acrescentando que o corretor de seguros terá um papel fundamental, e a simplificação gerada pelo novo arcabouço regulatório deve facilitar o trabalho desse profissional.

“Uma parte do empresariado despertou para a importância da proteção do seguro de RC. Agora, esperamos que esse movimento se intensifique, com maior disseminação dos benefícios do produto.”

Danilo Uhlmann, FenSeg

Em contrapartida, há percalços pelo caminho. Uhlmann lembra que o segmento atravessa um momento de mercado duro (do inglês, *hard market*), inclusive com maior intensidade para algumas modalidades e ramos de seguro. Nesse contexto, a mensagem que vem do exterior, que concede capacidade ao mercado brasileiro, é de restrição e redução de capacidade e não de ampliação e diferenciação.

Sobre os efeitos práticos do fim dos planos padronizados, Uhlmann pontua que ainda não são tão percebidos no mercado em geral. No entanto, frisa que há a expectativa de que as novas regras deverão gerar um processo saudável de concorrência, intensificado à medida que o mercado caminhar para um cenário mais brando (*soft market*), no qual as seguradoras poderão buscar diferenciar suas ofertas por meio da ampliação ou criação de novas coberturas.

“Isso será possível graças ao mecanismo de aprovação automática de novos clausulados e produtos, desde que atendidos os requerimentos mínimos”, afirma, acrescentando que deverá ocorrer também um processo de combinação de diferentes ramos de Responsabilidade Civil em uma única apólice, o que tornará ainda mais amigável a contratação de diversas proteções. Todas essas mudanças exigirão dos corretores de seguros um maior domínio e especialização sobre o tema.

SIMPLIFICAÇÃO DE NORMAS

Uhlmann diz ainda que, em linhas gerais, simplificação é a palavra que melhor resume o impacto das novas normas. Prova disso é que, para a cobertura de grandes riscos, por exemplo, não será preciso nem abertura de processo na Susep.

Até mesmo as eventuais desavenças serão resolvidas de forma mais ágil, graças à possibilidade de envolvimento de juízes arbitrais e de realização de processos administrativos.

E mais: o próprio escopo dos produtos também poderá ser ampliado, com a possibilidade de oferta de coberturas para multas e penalidades, apesar de o mercado ainda se mostrar refratário a essas exposições.



A respeito da medida que permite à seguradora pagar diretamente a indenização antes do trânsito em julgado e reavê-la em caso de mudança de decisão, Uhlmann explica que, em geral, o mercado não se mostrou desfavorável a essa possibilidade. Entretanto, ele ressalta que a concretização “deverá depender de cada caso”.

Já no caso específico da autorização para o pagamento de indenizações de decisões administrativas do poder público, ele afirma que a mudança não terá reflexos em precatórios, dado que esses pagamentos são dívidas do próprio poder público após reconhecimento judicial, e não dos executivos.

“O seguro visa à proteção do patrimônio das pessoas por atos de gestão. De qualquer forma, a expectativa do mercado com essa mudança é reduzir o tempo para liquidação dos sinistros sem a necessidade de aguardar pelos recursos cabíveis na Justiça após a decisão administrativa. Em linhas gerais, os segurados poderão receber, de forma mais rápida, as indenizações das suas seguradoras”, aponta o executivo.

Com todas essas mudanças, a visão da FenSeg sobre o futuro do seguro de Responsabilidade Civil no Brasil é de que há perspectivas “muito promissoras”, com expectativa de crescimento exponencial da venda dos produtos. Até por conta da mudança de percepção de risco do brasileiro, tanto no meio empresarial quanto na visão dos consumidores individuais.

AUMENTO DA CONFIANÇA

Uhlmann prevê que o crescimento das carteiras também pode levar a um ciclo virtuoso de aumento da confiança dos segurados na indústria de seguros e a consequente ampliação da demanda por produtos de outros segmentos.

A confiança é tanta que, por enquanto, a FenSeg não vê necessidade de novos ajustes na regulamentação. “Aperfeiçoamentos são sempre possíveis, mas, neste momento, entendo que o mercado conquistou liberdade para oferecer soluções capazes de atender às diferentes necessidades de empresas e segurados pessoa física.

ca. Caberá agora às seguradoras aproveitar essa conquista para efetivamente mostrarem capacidade de resolver questões de transferência de riscos e, dessa forma, ressaltarem sua importância para a sociedade como um todo”, ressalva.

Ele comenta ainda que a mudança na percepção de risco por parte de empresários e executivos já está refletindo no crescimento dos seguros de Responsabilidade Civil. Segundo dados da Susep, o segmento teve alta de 26,7% no volume de prêmios arrecadados em 2021, em comparação com o desempenho do ano anterior.

Entre os ramos que mais se destacaram está o seguro de D&O (*Directors and Officers*), que apresentou avanço de 32,8% no volume de prêmios. Esse avanço foi alavancado pelo ambiente marcado por turbulências e desarranjos no setor produtivo, por conta de paralisações ou falta de insumos e as disputas judiciais, que tendem a aumentar. Assim, a contratação de um seguro de RC foi “a forma encontrada por muitos empresários de para protegerem”.

REVOLUÇÃO NORMATIVA

Para a Susep, a simplificação regulatória e a flexibilização na elaboração de produtos são fundamentais para ampliar o *market share* dos produtos de RC. A autarquia tem uma visão bastante positiva quanto ao crescimento da carteira e vê “significativa demanda” e potencial de contratação para tais coberturas.

O órgão regulador destaca, por exemplo, o que vem ocorrendo com o recente ramo de seguro de RC Compreensivo Riscos Cibernéticos, que vem sendo fruto do trabalho de monitoramento feito pela Susep desde 2017 e apresentou forte crescimento de prêmios emitidos desde então (99% em 2020/2019 e 150% em 2021/2020).

“À época, não se tinha como provável a ocorrência de pandemia que levasse a *lockdowns* tão severos e brusca explosão das atividades digitais. Porém, a pandemia potencializou a contratação desse tipo de proteção. A maior disseminação da cultura de responsabilidade civil na sociedade é outro fator que favorece as contratações desse seguro”, acentua a autarquia, em resposta, por escrito, às perguntas enviadas pela *Revista de Seguros*.

De acordo com a Susep, nesse contexto, à medida que permite à seguradora pagar diretamente a indenização antes do trânsito em julgado teve o objetivo de buscar maior flexibilização na estruturação de produtos, atendendo assim aos anseios do mercado, principalmente dos segurados.

Assim, foi concedida maior liberdade na determinação das formas de indenização de um seguro que, dependendo do perfil do segurado e do risco envolvido, pode ter como fato gerador da indenização uma decisão judicial ainda que em 1ª instância, uma decisão em juízo arbitral ou apenas administrativa ou ainda um acordo com os terceiros. Além disso, a mudança objetivou atender à Lei da Liberdade Econômica (nº 13.874/2019), retirando-se, assim, a obrigatoriedade de reembolso.

Já no caso da autorização para o pagamento de indenizações de decisões administrativas do poder público, a expectativa da Susep é ver reflexos em várias situações, não só as que recaiam sobre os danos efetivamente provocados

aos terceiros atingidos, mas também àquelas que culminem no pagamento de multas e penalidades impostas aos segurados.

“Todavia, não basta apenas o regulador caminhar nesse sentido. É importante que as partes contratantes transformem essa possibilidade em fato concreto”, ressalta a autarquia.

Quanto à possibilidade de novos ajustes nas normas, a Susep entende que serão necessários de três a cinco anos de monitoramento da “revolução normativa” feita no ramo de Responsabilidade Civil, com o acompanhamento e avaliação dos impactos regulatórios dessas mudanças.

A Susep informa ainda que, dos cinco ramos que integram os seguros de responsabilidades, quatro apresentaram crescimento entre 2020 e 2021: RC D&O (33%), RC Riscos Ciber (150%), RC Geral (27%) e RC Profissional (11%). Apenas o ramo de RC Ambiental apresentou ligeira queda na emissão de prêmios (-7%), refletindo o impacto que a pandemia de Covid teve na economia global no período.

“A pandemia potencializou a contratação desse tipo de proteção. A maior disseminação da cultura de responsabilidade civil na sociedade é outro fator que favorece as contratações desse seguro.”

SUSEP

NORMAS FORAM CONDENSADAS EM UMA ÚNICA CIRCULAR

Segundo a Susep, as normas que regem os seguros de Responsabilidade Civil, na verdade, não foram desmembradas, mas condensadas em uma única Circular, a de nº 637, de 27 de julho de 2021.

Além de consolidar as regras para os ramos de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores de Empresas (RC D&O), Responsabilidade Civil Profissional (RC Profissional), Responsabilidade Civil Riscos Ambientais (RC Riscos Ambientais), Responsabilidade Civil Compreensivo Riscos Cibernéticos

(RC Riscos Cibernéticos) e Responsabilidade Civil Geral (RC Geral), a norma também revogou as normas específicas antigas (Circular Susep nº 336/2007, Circular Susep nº 348/2007, Circular Susep nº 437/2012, Circular Susep nº 476/2013 e Circular Susep nº 553/2017).

Ainda de acordo com a autarquia, o ramo de Responsabilidade Civil integra o rol dos seguros que passaram por revisão normativa por força do Decreto 10.139/2019 (“Revisação”), visando consolidar as normas dos seguros de responsabilidades.



O objetivo foi dar mais liberdade às partes contratantes para negociar seus contratos e modernizar conceitos e formas de indenização, o que a Susep entende ser a principal contribuição do regulador de seguros para o desenvolvimento do setor.



1°
PRÊMIO SUSEP
DE PESQUISA
EM SEGUROS

INSCRIÇÕES PRORRÓGADAS ATÉ 31.08.2022

ACESSE O SITE E VEJA
O REGULAMENTO

[PREMIOSUSEP.SUSEP.ORG.BR](https://premiosusep.susep.org.br)

Apoio:



Insper



O SETOR DE SEGUROS NO BRASIL

A demanda crescente nas últimas décadas e os grandes números do setor demonstram a vitalidade, a importância e o caráter estratégico da atividade seguradora no País.

O volume de negócios do setor corresponde a aproximadamente 6,3% do PIB, se considerada a participação da Saúde Suplementar.

49 milhões

de beneficiários de assistência médica

+ de 29 milhões

de beneficiários de planos exclusivamente odontológicos

19,7 milhões

de veículos segurados

+ de 11 milhões

de residências seguradas

3,5 bilhões

de Títulos de Capitalização ativos

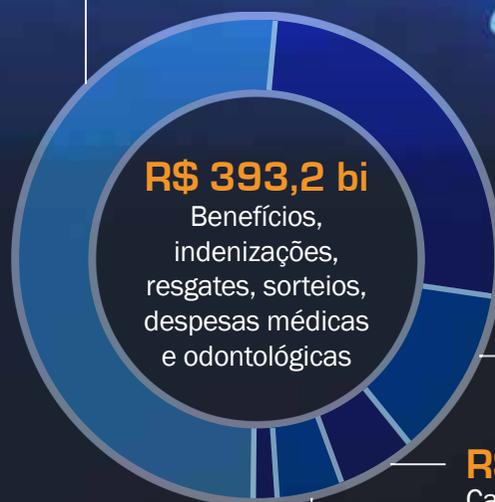
14 mil

hectares protegidos pelo seguro rural

18 milhões

de planos de previdência coletivos e individuais

R\$202,6 bi*
Saúde Suplementar



R\$ 101,8 bi

Cobertura de Pessoas (acumulação)

R\$ 45,9 bi

Seguros de Danos

R\$ 20,5 bi

Capitalização

R\$ 4,9 bi

Cobertura de Pessoas (benefícios de planos tradicionais)

R\$ 17,6 bi

Cobertura de Pessoas (planos de risco)

*Dados da ANS projetados para o 4º trimestre

Essa abrangente proteção assegura, entre outros fatores, a reposição de perdas financeiras, a retomada de negócios e a estabilidade das famílias.

Essas peculiaridades tornam o setor de seguros impactante para a economia, ao fomentar seu desenvolvimento, para sociedade brasileira, ao reduzir suas vulnerabilidades e para a infraestrutura, ao mitigar seus riscos.

A expansão do setor segurador é, portanto, um importante instrumento para desonerar o Estado, porque há seguro para tudo e para todos.



Confederação Nacional das Seguradoras



/CNseg



@CNseg_oficial



Canal CNseg



CNseg



RádioCNseg

cnseg.org.br

Uma força-tarefa que une representantes das seguradoras em atuação no País e a **Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg** começa a materializar o

Open Insurance

(ou Sistema de Seguros Aberto) no Brasil.

Tendo como ambiente as transações eletrônicas, os objetivos declarados desse sistema, estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), são promover ainda mais competição, eficiência e segurança nas operações com clientes.

Entre as soluções que serão desenvolvidas pelo Open Insurance – mediante o acesso padronizado a dados de **segurados que queiram compartilhar** as informações de seus contratos entre as empresas do setor segurador –, figuram instrumentos para comparar coberturas, serviços e preços; aplicativos para planejamento securitário e transações diretas online.

A tarefa de construção da estrutura de governança do Sistema de Seguros Aberto tem demandado significativo esforço e dedicação de todas as empresas do setor segurador.

- A começar pela contratação de consultoria externa para auxiliar na gestão de todas as fases, processos e providências relativas às responsabilidades da governança.
- Criação de vários **Grupos de Trabalho (GTs)** de especialistas das empresas e da CNseg em cada atividade concreta do Open Insurance e de um **Colégio de Líderes** dessa estrutura para consolidar as providências, medir os seus impactos e necessidades de reformulação e propor melhorias.
- Funcionamento de uma **Secretaria da Governança**, que, suportada pelos GTs, Colégio de Líderes e consultoria, responde pelo dia a dia da atividade de implementação.

Números que demonstram o tamanho do desafio:

+ de 4 mil horas

de serviços internos das empresas e de consultoria*

+ de 50

estudos, pareceres e notas técnicas*

+ de 300 profissionais

dedicados das empresas*

13 Grupos de Trabalho*

75 reuniões realizadas

Investimento inicial de **R\$25 milhões**

*de julho a dezembro/2021

O Sistema de Seguros Aberto está sendo construído para suportar um extraordinário volume de dados, visando criar um ambiente ágil e seguro para o compartilhamento de dados do cliente, devendo cumprir dispositivos expressos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Saiba mais em opinbrasil.com.br



Confederação Nacional das Seguradoras